



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
(Criada pela Lei n. 3.834-C, de 14 de dezembro de 1960)

Processo Administrativo Eletrônico

23081.010819/2024-11

Tipo	HOMOLOGAÇÃO DE ATA DE DEFESA DE TCC E ESTÁGIO DE GRADUAÇÃO
Data de	03/02/2024
Procedência:	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR - DADE
Descrição:	Assinar e tramitar para o Curso Pedagogia Noturno
Interessado	JOACIR MARQUES DA COSTA (Servidor(a) - 1107348 - Ativo)
Autor(es):	JOACIR MARQUES DA COSTA (Servidor(a) - 1107348 - Ativo) VIVIANE FLORES DA SILVA (Estudante - 2022520129 - Pedagogia - Licenciatura Plena Noturno - Aluno Regular)





NUP: 23081.010819/2024-11

Prioridade: Normal

Homologação de ata de defesa de TCC e estágio de graduação

125.322 - Bancas examinadoras de TCC: indicação e atuação

TRAMITAÇÕES

Data de envio	Fluxo	Destino
04/02/2024 20:15	Destino Inicial - Unidade	SECRETARIA DO CURSO DE PEDAGOGIA LICENCIATURA PLENA NOTURNO

COMPONENTES

Ordem	Descrição	Nome do arquivo
1	Ata de defesa de trabalho de conclusão de curso (TCC) (125.322)	Ficha_avaliacao_TCC_Viviane.pdf
2	Trabalho de conclusão de curso (TCC) (125.32)	TCC VIVIANE _ FINAL2023_ PEDAGOGIA.pdf
3	Despacho - Tramitação	JOACIR MARQUES DA COSTA - 04/02/2024 20:15



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA LICENCIATURA PLENA – NOTURNO

FICHA DE AVALIAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC

Acadêmico (a): Viviane Flores da Silva

Título do trabalho: Gênero, Sexualidade e Prática Docente: Desafios e Perspectivas Na Educação

Professor Orientador: Joacir Marques da Costa (Dr., UFSM)

Professor Coorientador: Leonardo dos Santos Silva (Doutorando, UFSM)

Professora Avaliadora: Eliziane Tainá Lunardi Ribeiro (Dra., SMED/SM)

Professor Avaliador: Rafael Lesses da Silva (Doutorando, UFSM)

Visão Geral	Valor máximo do Módulo 4,0	Avaliação do Módulo
Apresentação das partes	0,5	0,5
Fundamentação Metodológica	1,0	1,0
Descrição das bases conceituais	1,0	1,0
Análise das práticas propostas	1,0	1,0
Capacidade de reflexão teórica discursiva	0,5	0,5
Estrutura do Trabalho	Valor máximo do Módulo 2,0	Avaliação do Módulo
Normas da MDT/UFSM	1,0	1,0
Composição textual; Bibliografias	1,0	1,0
Domínio Expositivo	Valor máximo do Módulo 4,0	Avaliação do Módulo
Capacidade de síntese	1,5	1,5
Coerência com o trabalho escrito	1,5	1,5
Exposição adequada ao tempo	1,0	1,0
TOTAL		10,0

Parecer final: **FAVORÁVEL A APROVAÇÃO.**

Recomendações: **AJUSTES EM COMUM ACORDO COM OS ORIENTADORES**

Avaliação Final: (x) Aprovado () Aprovado condicional () NãoAprovado

Sugestões para reescrita, quando for o caso:

Avaliação Final – Nota: Aprovada (10,0)

Santa Maria, 11 de dezembro, de 2023

Ass. Avaliadora: *Eliziane Tainá Lunardi Ribeiro*

Ass. Avaliador:

Documento assinado digitalmente
gov.br RAFAEL LESSES DA SILVA
Data: 03/02/2024 22:37:51-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ass. Orientador:

Ass. Coorientador:

Ass. Acadêmico:

NUP: 23081.010819/2024-11

Prioridade: Normal

Homologação de ata de defesa de TCC e estágio de graduação
125.322 - Bancas examinadoras de TCC: indicação e atuação

COMPONENTE

Ordem	Descrição	Nome do arquivo
1	Ata de defesa de trabalho de conclusão de curso (TCC) (125.322)	Ficha_avaliacao_TCC_Viviane.pdf

Assinaturas

04/02/2024 20:14:14

JOACIR MARQUES DA COSTA (PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR (Ativo))
05.21.00.00.0.0 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR - DADE



Código Verificador: 3803764

Código CRC: c3ca8942

Consulte em: <https://portal.ufsm.br/documentos/publico/autenticacao/assinaturas.html>



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA LICENCIATURA PLENA

Viviane Flores da Silva

**GÊNERO, SEXUALIDADE E PRÁTICA DOCENTE:
DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA EDUCAÇÃO**

Santa Maria, RS, Brasil
2023

Viviane Flores da Silva

**GÊNERO, SEXUALIDADE E PRÁTICA DOCENTE:
DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA EDUCAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Licenciatura em
Pedagogia da Universidade Federal de
Santa Maria (UFSM, RS), como requisito
parcial à obtenção do título de
Licenciatura em Pedagogia

Orientador: Prof. Dr. Joacir Marques da Costa
Coorientador: Prof. Dndo Leonardo dos Santos Silva

Santa Maria, RS, Brasil
2023

Viviane Flores da Silva

**GÊNERO, SEXUALIDADE E PRÁTICA DOCENTE:
DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA EDUCAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Licenciatura em
Pedagogia da Universidade Federal de
Santa Maria (UFSM, RS), como requisito
parcial à obtenção do título de
Licenciatura em Pedagogia

Aprovado em 11 de dezembro de 2023

**Joacir Marques da Costa, Prof. Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)**

**Leonardo dos Santos Silva, Prof. Dndo (UFSM)
(Coorientador)**

Eliziane Tainá Lunardi Ribeiro, Profa. Dra (SMED/SM)

Rafael Lesses da Silva, Prof. Dndo (UFSM)

Santa Maria, RS
2023

RESUMO

GÊNERO, SEXUALIDADE E PRÁTICA DOCENTE: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA EDUCAÇÃO

Autor: Viviane Flores da Silva
Orientador: Joacir Marques da Costa
Coorientador: Leonardo dos Santos Silva

Este trabalho de conclusão do Curso de Pedagogia Licenciatura Plena, do Centro de Educação, da Universidade Federal de Santa Maria tem como objetivo analisar e compreender como a prática docente pode ser repensada para promover o reconhecimento e valorização das diferenças no contexto escolar, especialmente em relação a questões de gênero e sexualidade. O estudo busca contextualizar a cultura de ódio no país, investigando suas motivações e efeitos na sociedade, especialmente em grupos minoritários, como pessoas LGBTQIAPN+ e mulheres cisgêneras. A pesquisa investiga as disparidades de gênero e sexualidade no âmbito da sala de aula, identificando processos socioculturais que marginalizam grupos que se distanciam dos padrões da cultura cisheteronormativa no Brasil, especialmente no que se refere à didática. O propósito é compreender como a promoção de abordagens pedagógicas, que envolvam as temáticas de gênero e sexualidade em âmbito da sala de aula de educadores/as atuantes nas primeiras etapas do ensino básico, desempenham um papel importante na transformação da sociedade, refletindo como a educação pode ser uma das ferramentas responsáveis na redução da violência e do preconceito enfrentados por pessoas LGBTQIAPN+ e mulheres cisgêneras no país. Essa mudança seria facilitada por meio de abordagens pedagógicas decolonizadoras, que não apenas desafiam os fundamentos discriminatórios, mas também promovem o respeito à diferença no contexto escolar. A pesquisa abrange quatro capítulos, desde a introdução e o contexto do estudo até a reflexão sobre como os resultados contribuem para uma educação plural com foco na equidade social. Utilizamos como metodologia a abordagem qualitativa, com objetivo descritivo de método hipotético-dedutivo, por meio de estudos bibliográficos. Ao longo dessa pesquisa será possível analisarmos desafios relacionados às questões de gênero e sexualidade na prática docente, partindo da hipótese de um currículo abrangente, formação continuada de docentes preparados para garantir uma escola que represente todas as alternativas de ser e existir, assim como suas potencialidades.

Palavras-chave: Educação. Gênero. Sexualidade. Prática docente.

ABSTRACT

GENDER, SEXUALITY AND TEACHING PRACTICE: CHALLENGES AND PERSPECTIVES IN EDUCATION

Author: Viviane Flores da Silva
Advisor: Joacir Marques da Costa
Co-supervisor: Leonardo dos Santos Silva

This final work of the Full Degree Pedagogy Course, at the Education Center, at the Federal University of Santa Maria aims to analyze and understand how teaching practice can be rewarded to promote the recognition and appreciation of differences in the school context, especially in relation to issues of gender and sexuality. The study seeks to contextualize the culture of hate in the country, investigating its motivations and effects on society, especially on minority groups, such as LGBTQIAPN+ people and cisgender women. The research investigates gender and sexuality disparities in the classroom, identifying sociocultural processes that marginalize groups that distance themselves from the standards of cisheteronormative culture in Brazil, especially with regard to teaching. The objective is to understand how the promotion of pedagogical approaches that involve issues of gender and sexuality in the classroom educators working in the first stages of basic education, play an important role in transforming society, reflecting how education can be one of the tools responsible for reducing violence and the prejudice faced by LGBTQIAPN+ people and cisgender women in the country. This change would be facilitated through decolonizing pedagogical approaches, which not only challenge discriminatory foundations but also promote respect for difference in the school context. The research covers four chapters, from the introduction and context of the study to the reflection on how the results considered for a plural focusing on social equity. We used a qualitative approach as a methodology, with a descriptive objective of a hypothetical-deductive method, through bibliographic studies. Throughout this research, it will be possible to analyze challenges related to issues of gender and sexuality in teaching practice, based on the hypotheses of a comprehensive curriculum, continued training and teachers prepared to guarantee a school that represents all alternatives of being and existing, as well as their potential.

Keywords: Gender. sexuality. education. teacher.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
1.1 DOS FUNDAMENTOS E AS CONFIGURAÇÕES QUE TECEM A PESQUISA..	
.....	9
1.1.1 Justificativa	9
1.1.2 Problema.....	10
1.1.3 Objetivos	11
1.2 EU E O QUE ME ATRAVESSA	11
1.3 ENCAMINHAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....	14
2. ENTENDENDO GÊNERO E SEXUALIDADE: DISPOSITIVOS E MARCADORES...	18
.....	
2.1 GÊNERO E SEXUALIDADE COMO DISPOSITIVOS MARCADORES NA	
ESCOLA: UMA CULTURA DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES CISGÊNERAS	
E PESSOAS LGBTQIAPN+	22
3. ABORDAGENS PEDAGÓGICAS QUE PROMOVEM UMA EDUCAÇÃO SEM	
ESTEREÓTIPO E DISCRIMINAÇÃO	37
4. POR UMA EDUCAÇÃO INTEGRADORA E IGUALITÁRIA.....	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS.....	55

1. INTRODUÇÃO

A abordagem educacional acerca de gênero e sexualidade incorpora dimensões que abrangem as práticas socioculturais, ou seja, tradições, crenças, valores, normas e outros elementos que moldam a vida coletiva. Sendo assim, a prática docente, por meio das abordagens pedagógicas pode contribuir como uma ferramenta importante na promoção da equidade social e ao respeito à diferença, garantindo que a sala de aula seja um ambiente seguro e significativo.

A discussão sobre temáticas relacionadas a gênero e sexualidade, com a intenção de prevenir a ações discriminatórias no âmbito escolar é fundamental para o desenvolvimento de cidadãos conscientes e políticos. As disparidades sociais ligadas a esses temas, se manifestam nas dinâmicas sociais e culturais, resultando na marginalização de corpos que não se conformam aos padrões cisheteronormativos. Em busca de uma nação mais justa e que proteja os direitos fundamentais dos seus/suas cidadãos/ãs, respeitando a Constituição Federal (1988), neste contexto começa através do reconhecimento do preconceito e da violência ligados a gênero e sexualidade como violações desses objetivos. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Organização das Nações Unidas (ONU, 1948) enfatiza que todos/das/des nascem livres e iguais em dignidade e direitos, destacando a capacidade de desfrutar desses direitos sem discriminação, abrangendo aspectos como raça, cor, sexo, opinião e origem social.

Durante o governo brasileiro do período de 2019 - 2022, houve promoção de discursos e ações de ódio contra minorias, retrocessos políticos e falta de diversidade nos diferentes órgãos legislativos. Projetos de leis, privilegiando uma parte da sociedade destacaram a negligência às necessidades da minoria e perpetuação da invisibilidade de certos grupos. Essa abordagem refletiu na sociedade uma percepção cheia de estigmas, desinformação, preconceitos e tabus para desviar a atenção da população de questões fundamentais, justificadas em valores cristãos extremistas, resultando em violência, caos, preconceito e discriminação. A disseminação desses retrocessos e a emergência de novos problemas no cenário político atual demandam a atenção da educação.

Assim, Guacira Lopes Louro (2007) destaca a dimensão social do que é considerado intolerável, isto é, aquilo que pode ser aceitável para alguns, mas inadmissível para outros, indo além de ações discordantes para refletir a visão que

temos para a sociedade em que desejamos viver. Esse conceito está enraizado nas instituições escolares, com normas, discursos e práticas que moldam nossa realidade social.

A cultura de ódio no Brasil, caracterizada por intolerância e hostilidade contra grupos específicos, persiste, evidenciada pelo alarmante número de assassinatos de LGBTQIAPN+¹. O país lidera as estatísticas globais, registrando uma morte a cada 34 horas, conforme Dossiê do Grupo Gay da Bahia (GGB, 2022). As pessoas transsexuais e travestis são particularmente afetadas, sendo o Brasil, pelo 14º ano consecutivo, o líder mundial em assassinatos desses grupos, conforme relatório da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2021). Além disso, mais da metade da população brasileira conhece pelo menos uma mulher vítima de violência doméstica. Esses dados refletem a persistência de desrespeito e violência no país. O Brasil destaca-se negativamente no cenário mundial, ocupando a 5ª posição no ranking dos países com maior taxa de homicídios de mulheres, de acordo com dados do Mapa da Violência (2015).

Apesar de avanços notáveis em políticas públicas e representação midiática, como, por exemplo, a implementação de leis antidiscriminação, desde 2019, a legislação brasileira passou a criminalizar a homofobia e a transfobia. Essa medida está vinculada à Lei de Racismo (Lei 7716/89)². A aplicação da lei foi ampliada para incluir atos de "discriminação por orientação sexual e identidade de gênero". Também, há 12 anos, no Brasil a partir de uma decisão do STF (2011), o casamento entre pessoas do mesmo sexo, mesmo que não oficializado legalmente ou previsto por lei, no entanto, ele é reconhecido no país, embora essa conquista tenha enfrentado ameaças atualmente. Outro fator, bem como a inclusão de personagens LGBTQIAPN+ e uma cobertura mais atenta às suas questões na mídia, e a visibilidade de celebridades LGBTQIAPN+ em papéis proeminentes na indústria do entretenimento, o cenário político ainda demanda enfrentamento constante contra preconceitos e discursos segregatórios. Apesar desses passos significativos em direção a uma sociedade mais justa e igualitária, persistem desafios a serem superados.

¹ Sigla que engloba pessoas que são Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, Não-binárias e mais.

² BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF.

Neste cenário, a educação, particularmente na didática do/a professor/a, desempenha um papel substancial na promoção de transformações significativas no contexto da sala de aula para a sociedade. Isso ecoa as ideias de Paulo Freire (1979, p. 84), que via a educação como um processo libertador, onde o autor afirma que a "Educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo". Assegurar uma educação de qualidade e democrática através da prática pedagógica é um direito das crianças e jovens, visando uma formação humana integral. Dessa forma, a atuação do/a professor/a exige uma reflexão constante sobre compromissos éticos e políticos ao elaborar currículos de formação, especialmente ao integrar estudos de gênero e sexualidade na educação e formação docente.

1.1 DOS FUNDAMENTOS E AS CONFIGURAÇÕES QUE TECEM A PESQUISA

A pesquisa busca estratégias de ensino que desafiem conceitos colonizados, visando uma educação mais justa e abrangente. O objetivo é buscar evidenciar a conexão da educação como uma das ferramentas com função de transformar a sociedade, de maneira que reflita acerca da violência e do preconceito, especialmente enfrentados por pessoas LGBTQIAPN+ e mulheres cisgêneras no Brasil. Assim, este trabalho organiza-se em **4 capítulos**. O primeiro, com ênfase em fundamentos e configurações da pesquisa, explora as experiências da autora e sua influência no processo. O segundo capítulo, "Entendendo Gênero e Sexualidade: Dispositivos e Marcadores", aprofunda-se na análise da didática escolar como origem de uma cultura de violência. O terceiro capítulo propõe "Abordagens Pedagógicas Decolonizadoras", visando uma educação não estereotipada e discriminatória. Finalmente, o quarto capítulo reflete sobre "Educação Integradora e Igualitária", destacando a contribuição da pesquisa para uma sociedade justa e imparcial, buscando superar desigualdades e injustiças, proporcionando condições para que cada indivíduo tenha acesso aos mesmos direitos, recursos e oportunidades.

1.1.1 Justificativa

Uma perspectiva pedagógica decolonial busca reavaliar as demandas socioculturais em sala de aula, rejeitando bases históricas de determinismo biológico, cultura homogênea e normativa que perpetuam desigualdades, violências e preconceitos. Segundo Catherine Walsh (2007, apud OLIVEIRA; CANDAU, 2010), a

pedagogia decolonial é uma práxis educativa propositiva, envolvendo um movimento educacional de resistência que vai além da denúncia, buscando criar novas condições sociais, políticas, culturais e de pensamento. Ao integrar-se nas práticas pedagógicas em sala de aula, essa abordagem não apenas questiona estruturas opressivas, mas também propõe transformações significativas, contribuindo para uma educação inovadora.

Sendo assim, o estudo visa uma educação focada nas construções socioculturais de gênero, sexualidade e educação. A pesquisa busca compreender a prática docente, especialmente no que diz respeito às práticas pedagógicas que promovem uma educação sem estereótipo e discriminação. Tendo uma finalidade estratégica com um objetivo descritivo e um método hipotético-dedutivo. Sua abordagem será qualitativa, com base em estudos bibliográficos encontrados no Google Acadêmico³ no período de 1970 a 2023. A escolha desse período se dá pela sua relevância histórica, abrangendo um período de significativas transformações sociais, avanços tecnológicos e eventos marcantes. Este intervalo temporal permite uma análise abrangente da evolução de tendências, compreensão de ciclos recorrentes e a investigação de mudanças culturais e políticas. Além disso, a disponibilidade de dados e a ampla literatura acadêmica publicada durante essas décadas contribuem para uma análise aprofundada, fornecendo uma visão completa e comparativa ao longo do tempo. Serão analisadas produções e referências científicas no campo dos estudos de gênero e sexualidade, buscando compreender como esses estudos impactam na prática docente.

1.1.2 Problema

A pergunta central da pesquisa consiste em: De que maneira é possível repensar as estratégias de ensino para reconhecer e valorizar a pluralidade existente na sala de aula com ênfase nos/as educadores/as atuantes nas primeiras etapas do ensino básico, incorporando as práticas socioculturais e considerando as contribuições dos estudos de gênero e sexualidade, dentro desse contexto relacionando a comunidade LGBTQIAPN+ e as mulheres cisgêneras no Brasil?

³ O Google Acadêmico, ou Google Scholar, é uma ferramenta gratuita do Google específica para busca de citações de artigos, relatórios, livros on-line, revistas científicas e muitos outros materiais possam ser utilizados como embasamento teórico ou referência

1.1.3 Objetivos

Objetivo Geral da Pesquisa: Compreender de que maneira a prática pedagógica pode ser reconsiderada para incentivar a valorização das diferenças no contexto da sala de aula, levando em consideração as práticas socioculturais e as pesquisas sobre gênero e sexualidade.

Objetivos Específicos da Pesquisa:

1. Estabelecer fundamentos para a compreensão das práticas docentes na sua didática no que se relaciona com gênero e sexualidade.
2. Identificar nos processos sociais que marginalizam indivíduos não conformes aos padrões cisheteronormativo, destacando as disparidades de gênero e sexualidade, com ênfase para a problemática da homofobia.
3. Explorar abordagens educacionais para abordar questões de gênero e sexualidade na sala de aula, propondo métodos que superem fundamentos discriminatórios na educação, com especial ênfase nos/as educadores/as atuantes nas primeiras etapas do ensino básico.
4. Explorar de que maneira os resultados da pesquisa impactam e contribuem para a reflexão sobre práticas que visam uma educação decolonial e significativa no que se refere às questões de gênero e sexualidade, transformando as dinâmicas das salas de aula.

1.2 EU E O QUE ME ATRAVESSA

Durante minha trajetória como estudante, percebi a ausência de discussões sobre gênero e sexualidade no que antecede o meu ingresso ao ensino superior, temas esses que eram ignorados em sala de aula durante a didática dos professores e ao todo do processo educacional. Esses assuntos, considerados tabus, persistem até hoje, apesar de sua relevância. Estereótipos rígidos e uma estrutura binária de gênero moldam modelos para homens e mulheres desde a minha infância, essas práticas são evidenciadas diariamente no comportamento das crianças.

No ensino fundamental, há cerca de 15 anos, situações que envolviam piadas e deboches eram comuns para quem não se encaixava nos padrões tradicionais de comportamento de gênero, essas situações incluíam comentários homofóbicos, ridicularização da vestimenta, insinuações sexistas, bullying relacionado à identidade de gênero e estigmatização da expressão emocional e docentes enfrentavam dificuldades para abordar tais temáticas, fortalecendo atitudes negativas entre alunos/as. Essas experiências deixaram marcas em mim e em outros colegas, envolvendo zombarias relacionadas às características físicas e escolhas de vestimenta não conformes com as normas de gênero da época. Tais situações destacam a importância de abordar e debater questões de gênero e sexualidade no ambiente escolar, promovendo um ambiente acolhedor para todos os estudantes.

Por meio das experiências proporcionadas pelas disciplinas durante meu percurso acadêmico, bem como por minha atuação como estagiária extracurricular na Educação Infantil em uma Escola de caráter privado, atualmente estagiária currículo em uma Escola Estadual de Ensino Fundamental e também como bolsista pelo Programa de Residência Pedagógica⁴ (PRP) em Escola Municipal de Educação Infantil, pude identificar situações que persistem enraizadas na sociedade e se perpetuam como tabus desde minha própria infância até os dias atuais, como por exemplo, representação de papéis, observar como as crianças interpretam e imitam papéis de gênero em brincadeiras, como as crianças escolhem personagens ou atividades com base nas expectativas culturais sobre meninos e meninas.

As questões relacionadas a gênero e sexualidade representam desafios abrangentes para alunos/as, professores/as e responsáveis, muitas vezes camufladas como se não fizessem parte da vida humana em nossa sociedade. No ambiente escolar, perpetuam-se ações discriminatórias que impactam significativamente a vida dos indivíduos, contribuindo para um contexto de violência e conflitos presentes em várias comunidades.

A análise da abordagem pedagógica docente assume importância fundamental. Embora negadas, essas questões são intrínsecas ao convívio escolar para permitir que crianças explorem sua identidade sexual e não se encaixem em

⁴ O Programa de Residência Pedagógica é um programa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, que tem por finalidade fomentar projetos institucionais de residência pedagógica implementados por Instituições de Ensino Superior, contribuindo para o aperfeiçoamento da formação inicial de professores da educação básica nos cursos de licenciatura.

estereótipos de gênero. Professores/as, como produtos de uma sociedade permeada por preconceitos, necessitam de formação abrangente para romper com padrões discriminatórios, com ênfase para uma educação em diversidade, teorias críticas e pós-críticas, sensibilidade cultural, linguagem inclusiva, mediação de conflitos e desconstrução de estereótipos. A busca por uma didática livre de elementos discriminatórios requer reflexão constante, educação continuada e colaboração com a comunidade escolar, visando criar um ambiente educacional pautado pelo respeito

A abordagem inadequada de questões como o uso de pronomes para referir-se a colegas transgêneros e o apoio a uma menina transfeminina ao frequentar o banheiro com outras meninas cisgêneros ocorre de maneira complexa e discriminatória, desviando o foco das questões centrais. A implementação de projetos de lei para banheiros unissex (Projeto de Lei PL 2431/2022)⁵, que estabelece a obrigatoriedade de instalação de banheiro assistencial unissex em ambientes coletivos, públicos ou privados tornou-se alvo de *fake news*⁶, contribuindo para a desinformação e distorção dos verdadeiros desafios, especialmente em instituições escolares que enfrentam falta de estrutura e recursos. Banheiros unissex (ou agênero) são instalações sanitárias que estão abertas para uso por pessoas de todos os gêneros, independentemente da identidade de gênero ou expressão de gênero. Essa abordagem busca proporcionar respeito à diversidade de gênero e contribuir para ambientes mais igualitários. A implementação de banheiros unissex tem sido uma resposta a questões de discriminação de gênero, reconhecendo a importância de criar espaços que acolham a todos, independentemente das normas tradicionais associadas a homens e mulheres. Essa prática visa superar estigmas de gênero, oferecendo uma alternativa mais inclusiva e respeitosa aos espaços tradicionalmente segregados por gênero. Cabe ressaltar que a presença de instalações sanitárias de caráter unissex (agênero), já adotadas em veículos de transporte público, bem como em outros contextos, tem sido notada sem a ocorrência significativa de críticas, evidenciando, assim, a importância de uma discussão esclarecida acerca da implementação dessa medida em variados ambientes de natureza pública e privada.

⁵ BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 2431/2022. Estabelece a obrigatoriedade de instalação de banheiro assistencial unissex em ambientes coletivos, públicos ou privados. Apensado ao PL 1565/2007. Autor: José Nelto - PP/GO. Apresentação em 08/09/2022.

⁶ Fake news significa "notícias falsas", em inglês.

Como estudante do curso de Pedagogia, reflito sobre a formação dos educadores e o papel crucial que desempenham na elaboração de uma abordagem pedagógica voltada para uma sociedade sem preconceitos e discriminações. A formação docente deve abordar problemas sociais, econômicos e culturais, avaliando as conexões entre gênero, sexualidade e educação, considerando todas as identidades. Conscientizar-se e não silenciar sobre essas questões é essencial para prevenir *bullying*⁷ e as violências relacionadas à sexualidade e identidade de gênero.

1.3 ENCAMINHAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Essa pesquisa visa compreender a implementação de processos metodológicos na Educação, Gênero e Sexualidade, com foco na prática docente em sala de aula. A revisão da literatura analisa estudos anteriores nesses campos, identificando lacunas de conhecimento e abordagens metodológicas utilizadas.

A revisão também servirá como base teórica para informar a estrutura da pesquisa. Conforme explicado por Odília Fachin (2003) o conhecimento científico é caracterizado como o desfecho de uma investigação que adota uma metodologia baseada na observação de fatos e fenômenos. Tal abordagem possibilita não apenas a análise, mas também a resolução de problemas, sejam estes de natureza inédita ou já existentes. Essa abordagem, destacada pela autora, enfatiza a natureza analítica e investigativa do conhecimento científico, sendo uma ferramenta crucial para compreender e resolver desafios no campo científico e além, contribuindo para a expansão contínua do entendimento humano sobre o mundo.

O estudo aborda questões como preconceito, discriminação e segregação, destacando sua relevância social. A revisão bibliográfica analisa tendências de pesquisa sobre gênero e sexualidade nos currículos, formação de professores e influência cultural na educação. Também explora abordagens teóricas, incluindo a teoria queer, feminista e pedagogia crítica, no contexto educacional. A pesquisa, realizada por meio de uma abordagem qualitativa, revisou artigos no Google

⁷ De acordo com a descrição apresentada por Souza e Almeida (2011, p. 183), “Como substantivo o termo *bully* significa agressor e como verbo significa intimidar, ficando seu derivado *bullying* definido como comportamento agressivo. Além do mais, podem ainda ser encontradas outras definições para o termo *bully* como: valentão, brigão, brutal, tirano, insolente e também verbos como: maltratar e ameaçar.”

Acadêmico relacionados à Educação, Sexualidade e Gênero, buscando autores/as relevantes. Segundo Boccato, ela destaca em relação à revisão bibliográfica que:

A pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. (BOCCATO, 2006, p. 266).

O propósito fundamental da pesquisa bibliográfica é aprofundar a compreensão de um tema, problema de pesquisa ou questão acadêmica, possibilitando ao pesquisador explorar diversas perspectivas e teorias desenvolvidas por outros estudiosos ao longo do tempo. Essa abordagem também desempenha um papel crucial ao embasar teoricamente o trabalho de pesquisa, oferecendo um contexto histórico e conceitual para o estudo em questão. A investigação se configura como uma série de ações meticulosamente executadas para a finalidade de produzir novos conhecimentos ou enriquecer o entendimento de conhecimentos já estabelecidos. Os autores Clark e Castro (2003, apud BOCCATO, 2006, p. 266) a respeito da definição de pesquisa científica, ressaltam que “a pesquisa é um processo de construção do conhecimento que tem como metas principais gerar novo conhecimento e/ou corroborar ou refutar algum conhecimento preexistente.” Esse processo envolve a exploração cuidadosa, a coleta organizada de informações e a avaliação crítica, resultando na contínua expansão da compreensão humana em diversas áreas de conhecimento. O objetivo principal reside em coletar as informações essenciais que serão utilizadas para estabelecer a estrutura da pesquisa investigativa relacionada ao tema em análise.

A pesquisa bibliográfica, de acordo com Boccato (2006), se divide em três etapas; a fase de preparação inclui a delimitação do tema-problema, familiarização com a terminologia da área, contato com pesquisadores, definição do período para o levantamento bibliográfico, seleção de fontes e identificação da literatura relevante. Na etapa de realização, ocorre o fichamento dos documentos encontrados, sendo escolhidos para a redação final após a leitura. Já a fase da comunicação, envolve a apresentação do produto científico, por meios impressos ou eletrônicos, para a disseminação da pesquisa. As etapas da pesquisa incluem o levantamento bibliográfico, selecionando e analisando autores e obras sobre gênero, sexualidade e

educação. A segunda fase que delimita o escopo do estudo, e a terceira etapa que será dedicada à análise e apresentação das percepções que fundamentam a pesquisa. Portanto, este estudo apresenta uma natureza descritiva, empregando levantamento de informações e adotando o método hipotético-dedutivo no contexto de análises qualitativas.

Conforme apontado por Antonio Carlos Gil, o objetivo fundamental das pesquisas descritivas reside na elaboração de uma descrição das características inerentes a uma população ou fenômeno específico, ou ainda na estipulação de relações entre diferentes variáveis. Para o autor:

Dentre as pesquisas descritivas salientam-se aquelas que têm por objetivo estudar as características de um grupo (...) São incluídas neste grupo as pesquisas que tem por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população. (GIL, 2002, p. 42).

As pesquisas descritivas têm como propósito oferecer uma visão minuciosa e abrangente do objeto de estudo, promovendo uma análise aprofundada das características e comportamentos do grupo investigado. Ao conduzir levantamentos sobre opiniões, atitudes e crenças, essas pesquisas contribuem para uma compreensão mais abrangente e contextualizada do fenômeno em análise.

Contudo, o método hipotético-dedutivo opera a partir de uma questão que não se encontra totalmente esclarecida; em outras palavras, ele se origina da identificação de um problema e da elaboração de hipóteses passíveis de verificação. Quando os conhecimentos existentes sobre um tema não são suficientes para explicar um fenômeno, surge um problema, considerando as informações fornecidas por Gil (2002). Para superar essa lacuna, hipóteses são formuladas e suas consequências testadas e refutadas. Enquanto o método dedutivo busca confirmar hipóteses, o método hipotético-dedutivo adota uma abordagem oposta, procurando evidências empíricas para questioná-las. O objetivo é identificar hipóteses que possam oferecer soluções. Neste estudo, a hipótese central defende a necessidade de um currículo e docentes preparados para garantir uma instituição educacional inclusiva, abraçando todas as formas de existência e identidade dos estudantes.

As análises qualitativas referem-se à abordagem metodológica que envolve a interpretação e compreensão aprofundada de dados não numéricos. Ramos; Ramos; Busnello (2005, apud DALFOVO, 2008, p. 06) classificam a pesquisa quanto a

natureza qualitativa “ [...] não é traduzida em números, na qual pretende verificar a relação da realidade com o objeto de estudo, obtendo várias interpretações de uma análise indutiva por parte do pesquisador.” Dentre as análises qualitativas da pesquisa, por meio da interpretação de informações coletadas, serão relacionadas as conclusões feitas a partir das leituras por meio de uma observação crítica dos temas tratados no trabalho, ou seja, seus conceitos, relações e significados. As características básicas da pesquisa qualitativa de forma resumida, segundo Cassel e Symon (1994, apud DALFOVO, 2008, p. 10) “[o] reconhecimento do impacto do processo de pesquisa sobre a situação de pesquisa: admite-se que o pesquisador exerce influência sobre a situação de pesquisa e é por ela também influenciado.” Isso implica que a interação entre o pesquisador e o contexto estudado é dinâmica, com ambas as partes desempenhando papéis ativos e influenciando mutuamente o desenvolvimento da pesquisa. Essa abordagem ressalta a complexidade das relações entre o pesquisador e o objeto de estudo, reconhecendo que a pesquisa não ocorre em um vácuo, mas em um contexto interativo. Resumidamente, o processo de pesquisa não é independente. O pesquisador, ao trazer suas perspectivas e experiências, molda a condução e interpretação da pesquisa. Ao mesmo tempo, o contexto mais amplo, incluindo fatores sociais, culturais, políticos e econômicos, pode influenciar a abordagem do pesquisador e os resultados obtidos.

2. ENTENDENDO GÊNERO E SEXUALIDADE: DISPOSITIVOS E MARCADORES

Os papéis de gênero são definidos desde o nascimento, sendo moldados por representações de brinquedos e cores, o que influencia a adaptação de crianças às expectativas familiares. Esse processo social desempenha um papel fundamental na construção da identidade, expondo os sujeitos a pressões sociais que podem restringir aqueles que não se percebem com as definições convencionais de gênero, construídas socialmente. Joan Scott (1989) destaca que o gênero é um elemento fundamental nas relações sociais, sendo construído com base em percepções das diferenças entre os sexos. Essa perspectiva ressalta que o gênero desempenha um papel primário na atribuição de significado às relações de poder. É crucial reconhecer que o gênero se refere a aspectos definidos socialmente, principalmente relacionados ao "sexo biológico". Nas palavras da autora, o gênero é uma "categoria social imposta sobre um corpo sexuado". Isso salienta a dimensão social e cultural da atribuição de papéis e características, evidenciando que não está intrinsecamente vinculado ao sexo biológico, mas sim uma construção social aplicada a corpos com características particulares. Essa compreensão crítica do gênero é fundamental para promover uma visão ampla e respeitosa da diversidade de identidades e expressões de gênero.

Limitar-se a referir apenas ao "sexo biológico" de uma pessoa impede a consideração de outras formas de existência. Assim, marcas culturais são construídas nas relações sociais, influenciando o que é visto como incomum ou natural. Esses significados não apenas servem como referências, mas também regulam e padronizam identidades e papéis sociais. A confusão entre construções sociais e características naturais reforça a ideia de imutabilidade, baseada em atributos ligados às genitálias, presumindo distinções entre homens e mulheres. No entanto, essa abordagem é inadequada para explicar a diversidade de comportamentos, identidades e interações sociais, pois existem inúmeras maneiras de ser homem, mulher ou não-binário⁸. A autora Guacira Lopes Louro (2008) apresenta o conceito de "sujeito de referência" ou "espécie de referência". Ela argumenta que se o a posição do homem branco, heterossexual e de classe média urbana foi historicamente estabelecida como um paradigma, ou seja, a forma como percebe-se e interpreta o mundo, todas as

⁸ O termo não-binário refere-se às pessoas que não se percebem como pertencentes a um gênero exclusivamente. Isso significa que sua identidade de gênero e expressão de gênero não são limitadas ao masculino e feminino.

identidades que não seguem essa norma são vistas como obstáculos a serem superados ou eliminadas. O gênero desempenha um papel crucial nas interações sociais, moldando as dinâmicas de poder na sociedade. Normas e expectativas associadas a diferentes identidades de gênero influenciam as relações de poder, contribuindo para a formação e manutenção das estruturas sociais. Essas normas também impactam a identidade e prática pedagógica de professores, sujeitando-os a expectativas sociais ao operar dentro de uma estrutura social moldada por tais normas. O escritor Michel Foucault (2001, 2001 apud SILVA, 2019, p. 11) esclarece o conceito de normas em que define "As normas são as linhas que separam os corpos entre categorias de existência e inserem mecanismos de controle para que se mantenham o mais alinhado possível às regras e comportamentos". As normas são fundamentais na estruturação social, categorizando indivíduos em padrões definidos e servindo como base para um sistema de controle. Diversos mecanismos, incluindo instituições e pressões sociais, buscam assegurar a conformidade. Contudo, a imposição excessiva dessas normas pode limitar a expressão individual e marginalizar grupos não conformes, necessitando uma análise crítica desse equilíbrio entre normatividade e individualidade.

A sexualidade é uma parte complexa da identidade humana, incluindo gênero, orientação sexual e relações afetivas, influenciada por fatores biológicos, psicológicos, sociais e culturais. Os pesquisadores Maio; Oliveira; Peixoto (2020) desenvolveram um quadro que explora conceitos relacionados a gênero, sexualidade, identidade de gênero, cisgênero, transgênero e sexo. No contexto desse trabalho, a definição de sexualidade é apresentada nas seguintes palavras:

Se expressa no estilo de vida que cada pessoa adota, no modo como se demonstram os afetos, na percepção erotizada dos estímulos sensoriais e também nos papéis de gênero. A sexualidade envolve, além do corpo, os sentimentos, a história de vida, os costumes, as relações afetivas e a cultura. Portanto, é uma dimensão fundamental de todas as etapas da vida de homens e mulheres, presente desde o nascimento até a morte, e abarca aspectos físicos, psicoemocionais e socioculturais." (Maio, Oliveira e Peixoto 2020, p. 62).

Essa abordagem abrange a inter-relação percebida em várias dimensões da vida humana no contexto da sexualidade. Na concepção do tema sexualidade e sexo do Caderno de Orientações sobre Orientação Sexual do Ministério da Educação (2001).

A sexualidade tem grande importância no desenvolvimento e na vida psíquica das pessoas, pois independentemente da potencialidade reprodutiva, relaciona-se com a busca do prazer, necessidade fundamental dos seres humanos. Nesse sentido, a sexualidade é entendida como algo inerente, que se manifesta desde o momento do nascimento até a morte, de formas diferentes a cada etapa do desenvolvimento. Além disso, sendo a sexualidade construída ao longo da vida, encontra-se necessariamente marcada pela história, cultura, ciência, assim como pelos afetos e sentimentos, expressando-se então com singularidade em cada sujeito. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; Caderno de Orientações sobre Orientação Sexual, 2001, p. 81).

Ao adotar uma perspectiva abrangente, reconhecemos que as experiências individuais são multifacetadas e únicas, sendo influenciadas por uma interconexão complexa de fatores, como história, cultura, ciência e sentimentos pessoais. Valorizar a diversidade nas formas de expressão da sexualidade promove um ambiente respeitoso, reconhecendo a singularidade de cada indivíduo e contribuindo para a construção de uma sociedade mais compreensiva e acolhedora.

Enquanto ainda segundo o caderno (2011, p. 81), o "sexo" ganha o significado de "[...] expressão biológica que define um conjunto de características anatômicas e funcionais (genitais e extragenitais), a sexualidade é, de forma bem mais ampla, expressão cultural." Apesar da dicotomia tradicional, é fundamental reconhecer variações biológicas além da visão binária. Destacando assim, a distinção entre sexo e gênero, no contexto das abordagens educacionais, pois abrange elementos sociais e culturais associados à identidade de gênero, proporcionando uma compreensão mais enriquecedora da diversidade humana.

Gênero e sexualidade desempenham papéis consideráveis nas relações de poder, influenciando percepções e oportunidades sociais. Estereótipos de brinquedos infantis reforçam normas de gênero, associando características femininas a posições subalternas. No entanto, a percepção crescente por brinquedos plurais desafia essas limitações. A segregação em lojas, com corredores específicos para meninos e meninas, também contribui para reforçar essas normas. As autoras Silva; Faria; Finco esclarecem que esse fenômeno é uma característica intrínseca do sistema capitalista:

Nesse sentido, observamos um movimento de manutenção das dicotomias e desigualdades de gênero fomentado pela indústria de brinquedos infantis, que como elemento do capitalismo, busca manter não apenas seus lucros, mas também a perpetuação do próprio sistema. (SILVA; FARIA; FINCO, 2019, p.75).

As preferências das crianças e as características de gênero em seus corpos são influenciadas por contextos sociais mais amplos. A interação das crianças com

seus corpos desempenha um papel crucial no desenvolvimento, mas pressões sociais podem impactar negativamente essa relação. Destaca-se a relevância de reconhecer e abordar as questões relacionadas ao gênero, ressaltando que esse conceito vai além de determinantes biológicos, sendo moldado por construções sociais e culturais. O gênero é fluido e influenciado por fatores históricos, culturais e sociais, variando entre diferentes sociedades e ao longo do tempo, onde nas palavras de Louro (2000, p. 6) estabelecemos uma conceituação de gênero como “através de processos culturais, definimos o que é ou não natural; produzimos e transformamos a natureza e a biologia e, conseqüentemente, as tornamos históricas. Os corpos ganham sentido socialmente”. Assim, as constituições sociais em torno do gênero frequentemente resultam na criação de papéis de gênero, que definem comportamentos, funções e expectativas considerados apropriados com base no gênero percebido. Essas normas regulam identidades sociais e delimitam papéis sociais. Ainda a autora (2000) destaca que as diversas manifestações da sexualidade, incluindo desejos e prazeres, também são constantemente moldadas e codificadas pelas normas sociais. Identidades de gênero e orientações sexuais são construídas e delimitadas por interações sociais, influenciadas pelas dinâmicas de poder na sociedade.

A imposição precoce de normas rígidas de gênero e sexualidade perpetua uma cultura sexista, machista e homofóbica, marginalizando aqueles que não se conformam neste caso como estamos nos referindo ao âmbito da sala de aula, é importante o professor refletir, avaliar e repensar sua prática, sendo fruto da sociedade que regulariza corpos, Foucault, (1989) mencionado por Louro (2000), afirmou que a sexualidade é um "dispositivo histórico", uma invenção social que se constitui historicamente por meio de discursos sobre o sexo, regulando, normatizando e produzindo "verdades". Nesse cenário, torna-se importante que o professor promova uma reflexão sobre sua prática, uma vez que ela reflete os padrões estabelecidos pela sociedade na regulamentação dos corpos. No contexto educacional, a influência social é amplificada pela dinâmica que envolve o papel do professor em uma instituição.

O/a professor/a, ao obedecer às normas e políticas da instituição, até mesmo as expectativas dos responsáveis, pode se sentir compelido a conformar-se às expectativas de gênero e sexualidade predominantes. Essa conformidade pode se refletir em escolhas de abordagens pedagógicas, seleção de conteúdo curricular e interações com os alunos. Conscientizar-se dessas influências sociais e das relações de poder é crucial para que educadores/as possam desenvolver práticas pedagógicas

mais inclusivas e equitativas. Isso implica desafiar estereótipos de gênero, incorporar perspectivas diversas em suas aulas e criar ambientes educacionais onde todos os alunos se sintam respeitados, independentemente de sua identidade de gênero ou orientação sexual. Ao fazer isso, docentes podem contribuir para uma educação mais justa e que reflita as diferenças da sociedade em que estão inseridos.

2.1 GÊNERO E SEXUALIDADE COMO DISPOSITIVOS MARCADORES NA ESCOLA: UMA CULTURA DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES CISGÊNERAS E PESSOAS LGBTQIAPN+

O Brasil confronta graves questões de violência contra mulheres, incluindo altos índices de violência doméstica, feminicídio e assédio sexual. Muitas enfrentam obstáculos para denunciar devido ao medo, falta de apoio e impunidade. Além disso, a violência contra a comunidade LGBTQIAPN+ é alarmante, especialmente contra pessoas trans e travestis, que continuam marginalizadas.

De acordo com o GGB (2022), um levantamento revelou que no Brasil, no ano em questão, houve 256 mortes violentas de pessoas LGBTQIAPN+, das quais 242 foram homicídios (representando 94,5%) e 14 foram suicídios (5,4%). O relatório divulgado pela ANTRA (2022) destacou que a população mais afetada é a de pessoas transsexuais e travestis, marcando o 14º ano consecutivo como o país com o maior número de mortes desses gêneros no mundo. Além disso, conforme informações do G1⁹ Encontrado no Monitor da Violência de 2023, houve um aumento de 5% nos casos de feminicídio no Brasil em 2022 em comparação com o ano anterior, totalizando 1,4 mil mulheres mortas somente por sua condição de serem mulheres. Isso corresponde a uma morte a cada 6 horas, estabelecendo um recorde preocupante para o ano de 2022.

As práticas educacionais desempenham um papel essencial na conscientização e combate ao feminicídio e à homofobia, sendo um pilar importante para a construção de uma sociedade equitativa, tornando-se preciso abordar de forma crítica e sensível essas questões emergentes na educação, especialmente em um contexto social cada vez mais hostil. A educação centrada na conscientização crítica, conforme Paulo Freire (1968), é essencial para alcançar a liberdade, capacitando as pessoas a refletirem criticamente sobre sua realidade e a sociedade, possibilitando a

⁹ O G1 é um portal de notícias on-line pertencente ao Grupo Globo de Comunicação.

ação proativa para promover mudanças sociais. Esses temas abordados representam desafios sociais graves e complexos que requerem a atenção e o engajamento do sistema educacional e assim converter em ambientes propícios para fomentar a tolerância, a empatia e o respeito pelas diferenças.

A educação pode desencadear um processo libertador, promovendo o pleno desenvolvimento das capacidades individuais e coletivas para construir uma sociedade justa. Segundo Agostini (2018), a visão educacional de Freire vai além da alfabetização, buscando conscientizar e politizar os indivíduos, capacitando-os a refletir sobre sua realidade e a se tornarem cidadãos ativos na transformação social em direção à equidade e à justiça. Ainda, conforme apontado pelo autor em sua pesquisa, a prática educativa capacita tanto homens quanto mulheres a, por meio da reflexão sobre seu ambiente e condição, adquirirem consciência da importância de se comprometerem com sua própria realidade e emergirem a partir dela. A transição da ingenuidade para o discernimento crítico é um processo de amadurecimento intelectual, no qual as práticas pedagógicas na sala de aula podem contribuir para os sujeitos aprenderem a questionar, analisar e interpretar informações e eventos em sua realidade. É válido questionar se uma postura crítica da sociedade diante dos eventos políticos poderia ter evitado ou causado mudanças substanciais nos retrocessos ocorridos nos últimos tempos.

No contexto educacional, em 2023, o Brasil enfrenta um aumento preocupante de ataques em escolas. De acordo com os dados publicados pelo G1 (2023), a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) revela que, até maio de 2023, houve 30 ataques violentos, resultando na trágica morte de 36 pessoas. Diante desse cenário, a didática do/a professor/a detém um papel interessante na criação de um ambiente escolar seguro e respeitoso, por meio de estratégias que incluem práticas que combatam a violência, promovam uma comunidade saudável e desenvolvam relacionamentos positivos. Integração de temas de cidadania, direitos humanos e estratégias de resolução de conflitos, bem como a promoção de uma consciência sobre saúde mental, são essenciais. Não que isso determine que a redução das diferentes formas de violências sociais não seja uma tarefa complexa, que vai muito além do papel do docente no ambiente educacional. Embora os/as docentes desempenhem um papel crucial na formação dos/as alunos/as, torna-se relevante considerar que a construção de um ambiente seguro e de respeito envolve uma série de atores e instituições, envolve também a participação ativa de instituições como a

direção escolar, o conselho escolar e a equipe de apoio, incluindo psicólogos e assistentes sociais.

Em uma abordagem abrangente, é necessário considerar a colaboração entre diferentes agentes corresponsáveis pela escola. Dentre esses agentes, as instituições desempenham um papel significativo na manutenção do ambiente escolar e no enfrentamento dos desafios relacionados à violência. Mas para abordar a questão da violência na escola, é preciso examinar as relações e interações entre escolas, famílias, comunidades, autoridades educacionais e órgãos governamentais. Cada uma dessas esferas desempenha um papel específico na promoção de um espaço educacional saudável. As autoridades educacionais têm a responsabilidade de criar políticas e diretrizes que promovam a segurança e o respeito nas escolas. Isso envolve a implementação de programas educacionais que abordam questões como *bullying*, discriminação e resolução de conflitos. Ao mesmo tempo, é necessário investir em recursos e treinamento para que os professores lidem com situações delicadas e promovam um ambiente inclusivo. Os órgãos governamentais, por sua vez, desempenham um papel na formulação de políticas públicas que abordem as condições sociais e econômicas que podem contribuir para a violência escolar. Investir em áreas como segurança pública, saúde mental e assistência social pode criar um contexto mais propício para a redução da violência nas escolas. Em síntese, ao considerar a interconexão desses elementos, podemos construir um ambiente escolar significativo.

Um exemplo representativo das minhas práticas relacionadas à temática abordada na pesquisa, ocorreu em uma das instituições educacionais onde conduzo minhas atividades no âmbito da educação infantil. Ao arrumar os cabelos de crianças de 4 e 5 anos pela manhã, observou-se que as meninas experimentam vários penteados com glitter, enquanto os meninos optam geralmente por gel. Em um momento específico, um menino expressou o desejo de adotar um penteado diferente, provocando um comentário de uma menina sobre a não convencionalidade dessa escolha para meninos.

Menino 1: Professora, depois que você terminar de fazer o penteado da Menina 1, você pode fazer um igual no meu cabelo?

Professora: Duas chuquinhas, uma de cada lado?

Menina 1: O quê? Meninos não fazem chuquinhas! - responde rindo

Professora: Por que não?

Menina 1: Ah, porque sim! Olha, aqui na nossa sala, só as meninas fazem chuquinhas.

Professora: Todo mundo pode experimentar penteados divertidos. Não há regras quando se trata de estilo para meninos ou meninas!

Menina 1: Então, todos podem fazer?

Menino 1: Claro, não sei de onde você tira essas ideias.

Esse diálogo destaca a importância de aproveitar situações cotidianas para desafiar estereótipos de gênero. A professora, ao abordar a questão dos penteados, pode ajudar as crianças a compreender que essas regras não são fixas, promovendo um ambiente de respeito. Encorajar a liberdade na escolha de penteados contribui para a expressão pessoal, fundamental para o desenvolvimento da autoestima, independente de padrões de gênero. Questionar ideias estigmatizantes sobre comportamentos de gênero tradicionais é vital para criar um ambiente escolar inclusivo e respeitoso. Os estudos de gênero e sexualidade revelam uma compreensão dinâmica desses conceitos, moldada pelo tempo, espaço e cultura.

A historiadora Scott (1989) destaca a importância de usar o gênero como uma categoria analítica para compreender desigualdades históricas. Ela argumenta que o gênero proporciona uma visão profunda das disparidades sexuais, funcionando como uma ferramenta de categorização social, onde vincula as desigualdades a uma cultura permeada por machismo, patriarcado e homofobia, liderada por homens cisgêneros privilegiados, e assim vai ressaltar a influência histórica e cultural na construção dualista da identidade sexual, questionando as definições fixas ancoradas no biológico.

O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais”: a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. (SCOTT, 1989, p. 3).

A didática do/a professor/a em sala de aula pode contribuir para abordar as questões de gênero destacadas pela autora ao promover uma educação que reconhece e desafia as disparidades sexuais historicamente enraizadas. Ao adotar uma perspectiva que considera o gênero como uma categoria analítica, educadores/as podem fornecer uma visão aprofundada sobre as hierarquias sociais ao longo do tempo. Essa abordagem educacional pode desafiar estereótipos, fomentar a igualdade e dismantelar padrões culturais prejudiciais relacionados ao machismo, patriarcado¹⁰ e homofobia. Ao estabelecer um ambiente completo, tendem a impactar positivamente a formação da identidade sexual, questionando definições fixas baseadas no biológico e promovendo uma compreensão ampla e respeitosa de gênero. Em outra situação, na mesma instituição, introduzi fantasias na sala para as mesmas crianças, e quase todos demonstraram interesse em um vestido colorido e cheio de brilhos, que capturou a atenção do grupo.

Professora: Pessoal, trouxe algumas fantasias para vocês brincarem agora à tarde. O que acham?

Aluna 1: Olha esse vestido de princesa, é lindo. Quero colocar!

Aluno 2: Eu também "profe"

Professora: Cada um coloca um pouco, a gente vai ser emprestado para todos usarem.

Aluno 3 (envergonhado): Ah, meu pai diz que vestido é coisa de menina...

Professor: Sabe, aqui na nossa escola, não temos regras de quem pode vestir o quê. Quem quiser experimentar, a "profe" ajuda a colocar.

Aluno 2: Sim, meninos também podem colocar vestidos!

Aluno 3: Eu queria ser uma rainha.

Professor: Ótimo! Hoje você pode ser muitas coisas com as nossas fantasias, inclusive uma rainha.

¹⁰ Segundo Aguiar (2000, p. 322) "O conceito de patriarcado tem sido usado na literatura feminista internacional para significar as relações de poder entre homens e mulheres. As mulheres são subordinadas aos homens no sistema patriarcal."

Esse exemplo de uma situação cotidiana, destaca como um/a professor/a, ao construir a sala de aula como um espaço sem limitações, permitindo que todos os alunos experimentem fantasias, desafiando estereótipos de gênero, e os supera com palavras afirmativas simples. A resposta positiva a um aluno envergonhado e a intervenção de outro aluno, enfatizando que meninos também podem usar vestidos, demonstram a importância de desconstruir normas de gênero rígidas. O fato de o aluno não querer mais tirar o vestido sugere uma experiência positiva, evidenciando como abordagens significativas podem influenciar a expressão individual na sala de aula. O autor Andrade vai compreender a escola com um papel fundamental na construção de um mundo diversificado

Apesar de todas as críticas a esse modelo normatizador e homogeneizador da instituição de ensino, ninguém discorda que a educação escolar tem um papel fundamental a desempenhar na construção e na valorização de um mundo verdadeiramente plural, onde caibam todos e todas, onde todas as culturas, etnias e identidades sejam respeitadas. Nessa perspectiva, o que se critica aqui não é a escola, mas a forma como tradicionalmente nós a entendemos. (ANDRADE, 2009, p. 42).

Este trecho destaca as críticas ao modelo tradicional e uniformizador da instituição de ensino, enfatizando a importância de uma abordagem flexível. Aborda a perpetuação de desigualdades sociais, exemplificada pela proibição de meninos usarem vestidos, e destaca a necessidade de uma educação para a cidadania que promova valores de responsabilidade social e combate ao preconceito. A análise das relações de gênero evidencia estereótipos associados ao masculino e feminino, destacando a influência histórica e a importância de considerar dimensões sociais e biológicas. Um outro caso que colabora para a manutenção de estereótipos entre os gêneros no contexto educacional é revelado através de uma conversa entre uma das professoras titulares na escola onde eu estava estagiando e uma de suas alunas, que também estava na fase de educação infantil. Nessa troca, a criança compartilha seu pensamento durante uma atividade, impactando as abordagens pedagógicas da professora.

Professora: Menina 1, por que você sempre está escalando coisas na hora da pracinha? Isso não é algo que as meninas costumam

fazer. Que tal brincar de algo mais comportado, como a Menina 2 e Menina 3 estão brincando de comidinha ali?

Menina 1: Mas eu gosto de brincar com o Menino 2 “profe”, eu não quero brincar lá.

Professora: É melhor você brincar de forma mais comportada, como as outras meninas estão fazendo. Ficar subindo nas coisas é coisa de menino. Deixa o Menino 1 que é arreiro, você não .

Neste diálogo, a professora influencia estereótipos de gênero ao sugerir que atividades como “escalada” não são adequadas para meninas, reforçando a concepção de que algumas recreações são exclusivas para meninos. Refletindo esse trecho, seria interessante apresentar durante a conversa com as crianças, uma explicação sobre os riscos envolvidos para ambas as partes nas suas ações, para tomarem mais cuidado, sem considerar o gênero. Essas ideias, presentes em sua prática pedagógica, refletem uma sociedade inerentemente sexista em que estamos inseridos, sem atribuir culpa direta à professora. Conforme as ideias expressas por Carrara:

Na família, assim como na escola, é fundamental que as pessoas adultas, ao lidarem com crianças, percebam que podem reforçar ou atenuar as diferenças de gênero e suas marcas, contribuindo para estimular traços, gostos e aptidões não restritos aos atributos de um ou outro gênero. Por exemplo, deve ser estimulado nos meninos que sejam carinhosos, cuidadosos, gentis, sensíveis e expressem medo e dor. Quem disse que homem não chora? As meninas, por sua vez, podem ser incentivadas a praticar esportes, a gostar de carros e motos, a serem fortes (no sentido de terem garra, gana, destemida, aguerridas). (CARRARA, 2009, p. 48- 49).

O autor destaca a necessidade de adultos na família e na escola reconhecerem seu impacto na formação das identidades de gênero em crianças, ressaltando também, a responsabilidade de criar um ambiente que estimule características além das tradicionalmente associadas a meninos ou meninas. Essa abordagem visa desafiar estereótipos de gênero, promovendo uma educação que permita às crianças explorar todas as suas potencialidades, independentemente das expectativas tradicionais associadas aos papéis de gênero. Em outra instância envolvendo a mesma professora e contexto, sua opinião inicial influencia a permissão para que os meninos usem maquiagem. No entanto, é claro que ela expressa preocupação quanto à possível reação dos responsáveis em relação à participação dos meninos nessa

atividade específica. Isso destaca como a influência de indivíduos que trabalham para uma instituição pode contribuir para a reprodução de práticas sexistas e a manutenção de desigualdades de gênero.

Professora: (observando a brincadeira) Parece que vocês estão se divertindo muito no salão de beleza!

Menino 1: (animado) Sim, professora! Elas estão me maquiando para eu ficar bonito.

Professora: (do tom de brincadeira) Ah, você quer ser uma menininha?

Menino 1: Não, eu só quero ficar bonito, igual a vocês.

Professora: (rindo) Ah, entendi! Parece uma brincadeira bem legal. Mas, que tal a gente tirar a maquiagem agora por que o teu pai não vai gostar nenhum pouco disso.

A professora solicita a estagiária para retirar a maquiagem e o Menino 1 fica emburrado pois não queria tirar e não compreendia o por que as meninas podiam manter as maquiagens e ele tinha que tirar.

Professora: Você pode brincar do jeito que quiser, mas precisamos ter cuidado com as maquiagens, ok?

Nesta situação, a brincadeira de maquiagem do Menino 1 destaca uma interação positiva desvinculada de estereótipos de gênero. A preocupação da professora com a reação do pai sugere a influência contínua de normas de gênero e expectativas sociais, mesmo em ambientes educacionais. Embora, considerando que o pai em questão nunca evidenciou qualquer situação em que se incomodasse com as escolhas do filho em usar maquiagem, a professora, no entanto, conjecturava que, devido à profissão militar do pai, ele poderia sentir desconforto ao ver o filho utilizando maquiagem, podendo até mesmo culpá-la por influenciar tal decisão. Essa situação pode ser explicada socialmente por meio de estereótipos de gênero e normas sociais associadas à masculinidade, especialmente em contextos ligados a profissões tradicionalmente consideradas masculinas, como o militar. Em muitas sociedades, a

expressão de gênero através da maquiagem é frequentemente associada a características femininas, o que pode gerar desconforto ou resistência em alguns indivíduos que aderem a normas de gênero mais rígidas. A professora, possivelmente influenciada por esses padrões sociais, conjecturou que o pai, devido à sua profissão militar, poderia ter uma reação negativa à escolha do filho em usar maquiagem, mesmo que não houvesse evidência concreta desse desconforto por parte do pai. Essas percepções e expectativas sociais podem influenciar a interpretação de situações e comportamentos, levando a suposições baseadas em estereótipos. Isso ressalta a complexidade das relações entre gênero, identidade e normas sociais, sublinhando a necessidade de ambientes escolares inclusivos que permitam a livre exploração da identidade infantil, independentemente das expectativas tradicionais de gênero.

O estabelecimento de um ambiente educacional acolhedor demanda a sensibilidade do/a professor/a. Isso implica na consideração das diferenças dos alunos, integração de temas de pluralidade no currículo e uma resposta ativa ao assédio moral. Práticas como inclusão de todos os alunos, diálogo aberto e respeito são essenciais para criar um ambiente seguro. A evasão escolar, devido a intimidação, especialmente em grupos minoritários, acarreta desafios emocionais, psicológicos e físicos. A falta de combate efetivo ao *bullying* pode levar as vítimas a abandonarem a escola, com impactos significativos na saúde mental e acadêmica, especialmente quando não há apoio familiar para enfrentar a situação desafiadora.

A cantora e drag queen Pablo Vittar, que tornou-se um dos ícones vitais para a comunidade LGBTQIAPN+. Sua presença é especialmente importante para crianças e adolescentes ao desafiar normas de gênero, em meio a uma ascensão de perspectivas conservadoras. Em uma entrevista no Programa Altas Horas da TV Globo em 2018, Vittar compartilhou experiências de *bullying* na escola, destacando agressões devido à sua aparência e expressão de gênero.

[...] eu não tinha a quem recorrer. Tinha minhas irmãs que estudavam comigo. Os professores não faziam nada, a diretora não fazia nada. Eu lembro de ter chegado em casa chorando, muito triste: Mãe, não quero ir pra escola mais" (Altas Horas, São Paulo, 2018).

Destaca-se, assim, a importância do apoio familiar diante de experiências de assédio moral, ressaltando o papel crucial da escola, prática docente no enfrentamento desse problema. A implementação de leis, como a Lei 13.185 de 2015, que define o *bullying* como uma intimidação sistemática como todo ato intencional e repetitivo de violência física ou psicológica, sem motivação evidente, praticada por indivíduo ou grupo, com o objetivo de intimidar ou agredir uma ou mais pessoas, causando dor e angústia, em uma relação de desequilíbrio de poder. E a criação do Dia Nacional de Combate ao *Bullying* e à Violência nas Escolas em 2016, refletem a preocupação em abordar globalmente essa questão séria que afeta os estudantes. O descaso em relação à perseguição nas escolas, pode prejudicar a saúde mental das vítimas, podendo levar a atitudes extremas, como ataques escolares. Portanto, é fundamental adotar práticas pedagógicas eficazes no ambiente escolar para enfrentar esse problema complexo. Conforme Francisco; Libório; Silva:

[...] o bullying pode estar presente nas relações de modo explícito, mas também pode manifestar-se sutilmente, podendo ser confundido com brincadeiras típicas da idade. Por isso, é preciso que os profissionais da educação saibam identificar para intervir adequadamente (FRANCISCO & LIBÓRIO, 2009; SILVA, 2010, apud MENEGOTTO; PASINI; LEVANDOWSKI 2013, p. 204).

Aos docentes cabe procurar adotar uma abordagem proativa contra a intimidação escolar, identificando sinais precoces como mudanças comportamentais e queda no desempenho acadêmico, promovendo equidade de gênero e diversidade. Oferecer uma formação adequada aos/as professores/as para lidar com o *bullying* e identificar precocemente sinais na sala de aula, onde essa preparação deve incluir estratégias que englobam essas temáticas, integrando-as de forma interdisciplinar e nas disciplinas dos cursos de licenciatura. Educadores também precisam ser capacitados em técnicas para identificar mudanças comportamentais e quedas no desempenho acadêmico, indicativos de situações de violência. Instituições educacionais, organizações especializadas e programas governamentais que ofereçam essa formação, focando no desenvolvimento das habilidades socioemocionais desses profissionais.

A integração do processo escolar com políticas públicas implica alinhar as práticas educacionais com estratégias governamentais para melhorar as condições

sociais e econômicas. Essa integração pode ocorrer no currículo, nas metodologias de ensino, na formação de educadores e na oferta de recursos educacionais. O objetivo é criar um ambiente educacional que não apenas transmita conhecimentos científicos, mas também promova a consciência social, a igualdade de oportunidades e a justiça. Isso envolve a inclusão de temas sociais, étnicos e econômicos no currículo, além do desenvolvimento de práticas pedagógicas que consideram a diversidade e as necessidades específicas dos alunos. No estudo de Furlani, destaca-se que

"[...] um processo escolar em que todos os níveis (inclusive nos cursos de formação de educadores/es) está minimamente articulado com políticas públicas que podem combater e minimizar as injustiças e as desigualdades sociais" (FURLANI, 2009, p. 298, apud LAPA RIZZA; COSTA RIBEIRO; ALONSO MOTA, 2018, p. 9).

O trecho destaca a importância de integrar o processo escolar com políticas públicas externas para a redução das injustiças e desigualdades sociais. Essa abordagem regula a educação como uma das ferramentas para promover a equidade e a justiça social, destacando o papel da formação de educadores/as nesse contexto. Os cursos de formação devem prepará-los/as para lidar com as complexidades das desigualdades sociais, capacitando-os a criar ambientes de aprendizagem equitativos. No âmbito das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (EDH), conforme previsto na Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, assim como o disposto no documento em no artigo 8º (2012, p. 02) estabelece "A Educação em Direitos Humanos deve orientar a formação inicial e continuada de todos(as) os(as) profissionais da educação, sendo componente curricular obrigatório nos cursos destinados a esses profissionais." O fragmento sublinha que a Educação em Direitos Humanos não é uma mera opção adicional, mas sim um componente curricular obrigatório nos cursos destinados a esses profissionais. Essa abordagem reitera o compromisso de integrar princípios de direitos humanos no currículo educacional, destacando que a compreensão e aplicação desses princípios, o documento expressa a intenção de trabalhar valores como respeito, dignidade e igualdade desde o início da formação dos profissionais da educação e ao longo de suas carreiras.

Assim, investir na formação contínua dos professores e fornecer acesso a recursos educativos são elementos para capacitar os educadores a identificar e abordar o *bullying* de forma proativa, promovendo um ambiente escolar seguro. Investimentos na formação contínua dos professores e no acesso adequado aos recursos educativos são geralmente realizados por órgãos responsáveis pela gestão educacional. Isso inclui, em muitos casos, os governos locais, estaduais ou nacionais, bem como as próprias instituições de ensino. Esses investimentos podem ser direcionados para programas de desenvolvimento profissional, oficinas, materiais didáticos e tecnologias educacionais que visam capacitar os educadores na identificação e abordagem proativa da hostilização, contribuindo assim para a promoção de um ambiente escolar seguro.

Além disso, Organizações Não Governamentais (ONGs) e entidades dedicadas à promoção da educação e prevenção do *bullying* também podem desempenhar um papel importante nesse contexto, fornecendo recursos adicionais e apoio financeiro. Mesmo com todos movimentos de consolidação do gênero enquanto uma política pública de educação, avançamos apenas no sentido de discussões pontuais acerca dessas questões e não como um tema integrante dos currículos e dos cursos de formação de professores/as. Segundo Vianna; Unbehaum:

[...] é preciso incluir o gênero, e todas as dimensões responsáveis pela construção das desigualdades, como elementos centrais de um projeto de superação de desigualdades sociais, como objetos fundamentais de mudanças estruturais e sociais. (VIANNA; UNBEHAUM, 2006, p. 245, apud RIZZA; RIBEIRO; MOTA, 2018, p.15).

Apesar dos avanços na consolidação do gênero como uma política pública de educação, observa-se que as publicações ainda permanecem predominantemente pontuais, sem se integrarem plenamente aos currículos e aos cursos de formação de professores/as. Nesse contexto, Rizza, Ribeiro e Mota (2018), ao referirem-se aos estudos de Vianna e Unbehaum (2006) afirmam que é crucial ir além dessas abordagens fragmentadas. Eles defendem a necessidade de incorporar o gênero e todas as dimensões associadas à construção das desigualdades como elementos centrais de um projeto mais amplo, envolvendo a superação das desigualdades sociais. Essas dimensões devem ser consideradas como objetos fundamentais de mudanças estruturais e sociais, destacando a importância de uma abordagem abrangente e integrada para enfrentar as disparidades de gênero na educação.

Com relação às disciplinas, embora elas sejam ofertadas de forma mais significativa para os cursos de formação de professores/as, a partir dos dados produzidos, foi possível perceber que somente em algumas o foco de discussão recai sobre a escola. A partir dessa interface com o espaço escolar, essas disciplinas se propõem a pensar a inclusão de uma perspectiva de gênero e sexualidade nas escolas, com a produção de materiais e organização de espaços para o debate e questionamento sobre essas questões. Dentre os cursos de graduação em licenciatura, a Pedagogia emergiu como o campo de saber privilegiado para as discussões da sexualidade, já que encontramos um número significativo de disciplinas sendo ofertadas. As autoras Rizza, Ribeiro e Mota (2018) indicam que, embora as disciplinas sejam mais comuns nos cursos de formação de professores/as, poucas delas concentram suas discussões no contexto escolar. Ao vincular essas disciplinas ao ambiente educacional, busca abordar a inclusão de uma perspectiva de gênero e sexualidade nas escolas, promovendo a criação de materiais e a organização de espaços para reflexão e questionamento dessas temáticas.

Na análise dos cursos de graduação em licenciatura, a Pedagogia se destaca como um campo proeminente para essa discussão, evidenciado pela oferta específica de disciplinas nesse domínio. Conforme indicado ainda por elas (2018), a inclusão de tópicos sobre sexualidade nos currículos de formação de professores tem como objetivo questionar a evolução da concepção desse tema. Agora abordada de maneira mais visível e aberta, a sexualidade transcende a materialidade biológica e as preocupações exclusivas com doenças. Essa inclusão visa desafiar perspectivas tradicionais e estigmatizadas, fomentando uma compreensão mais ampla e inclusiva da sexualidade. Ao proporcionar espaço para exposições mais abertas, os futuros educadores são capacitados para lidar com a diversidade de experiências sexuais e identidades de gênero em um contexto educacional contemporâneo e socialmente consciente. Essa mudança no enfoque da sexualidade não reflete apenas as mudanças culturais, mas também busca contribuir para a criação de ambientes educacionais mais inclusivos e respeitosos.

Contudo, a falta de representação dos direitos LGBTQIAPN+ é preocupante, requerendo políticas públicas para combater a discriminação e fomentar a igualdade, pois esses grupos minoritários enfrentam restrições de oportunidades e

marginalização social. O autor Chaves define minorias como grupos em situação de dependência ou desvantagem.

Significa [...] mais amplamente, um grupo de pessoas que de algum modo e em algum setor das relações sociais se encontra numa situação de dependência ou desvantagem em relação a um outro grupo, "maioritário", ambos integrando uma sociedade mais ampla. As minorias recebem quase sempre um tratamento discriminatório por parte da maioria. [...] A minoria via de regra constitui um grupo quantitativamente inferior à maioria [...]. (CHAVES, 1971, p. 149).

Professores desempenham um papel fundamental ao integrar questões de gênero e sexualidade em sua abordagem pedagógica para combater a discriminação e promover a igualdade em sala de aula. A criação de um ambiente respeitoso e inclusivo para todos os alunos, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero, é uma responsabilidade coletiva. A incorporação consciente de temas relacionados à diversidade no currículo contribui para construir uma educação justa e equitativa. Ainda, segundo Lionço; Diniz (2014), a homofobia impacta as amizades entre homens heterossexuais, gerando desafios na expressão emocional devido à socialização masculina. A construção da masculinidade envolve competição, temor de fraqueza, controle emocional e homofobia, influenciando a identidade masculina com base na oposição à feminilidade. A virilidade é percebida como cultivada, não inata, contrastando com características associadas às mulheres, como sensibilidade, passividade e vulnerabilidade. Em um caso específico, ainda dentro do mesmo contexto escolar, um aluno inicialmente orgulhoso de seu cabelo comprido, associado a um estilo roqueiro, enfrentou desconforto na escola devido a piadas dos colegas que o comparavam a uma aparência feminina. Afetado por essas brincadeiras, o aluno expressou o desejo de não frequentar mais a escola, uma preocupação compartilhada por sua mãe durante as interações. Embora a abordagem desses temas em sala de aula fosse decisão da professora, a intervenção ocorreu após a mãe chamar a atenção para as brincadeiras, resultando no aluno cortando o cabelo curto para se alinhar a uma expressão de gênero mais confortável.

Como estagiária, minha abordagem visava orientar os alunos sobre a igualdade em atividades e brincadeiras, promovendo a comunicação aberta, respeitando o processo de autodescoberta e incentivando o respeito às diferenças. A decisão de abordar temas de gênero em sala de aula era da professora, que optou por não fazê-lo. A intervenção ocorreu após a mãe do aluno alertar a professora para brincadeiras,

levando o aluno a cortar o cabelo para se sentir mais confortável nas aulas. Esse caso destaca a importância de abordagens sensíveis às questões de gênero e diversidade na educação.

Considerando o exposto, a instituição escolar deve reavaliar seus ambientes e abordagem docente para evitar contribuir para a violência na sociedade e promover a inclusão. Além de transmitir conhecimentos acadêmicos, a escola desempenha um papel crucial na formação de cidadãos conscientes e comprometidos com o bem-estar coletivo. Ela tem a capacidade de criar um ambiente inclusivo, promover a equidade de gênero, prevenir a violência, ensinar sobre respeito e resolução pacífica de conflitos, bem como incentivar o engajamento político para fortalecer a democracia.

3. ABORDAGENS PEDAGÓGICAS QUE PROMOVEM UMA EDUCAÇÃO SEM ESTEREÓTIPO E DISCRIMINAÇÃO

A promoção de uma educação abrangente é necessária para enfrentar a violência de gênero e sexual no Brasil, onde persistem elevados índices de violência contra mulheres e LGBTQIAPN+. Práticas docentes devem combater discursos discriminatórios, criando um ambiente escolar verdadeiramente acolhedor. A concepção de "educação da mudança" de Freire (1979) destaca a necessidade de transcender a simples transmissão de conhecimento, capacitando as pessoas a questionarem criticamente sua realidade. A escola e educadores desempenham um papel fundamental, onde para os autores Maranhão; Coelho; Dias:

A notável preocupação de lideranças-político religiosas com o ambiente escolar evidencia sua potencialidade na desconstrução do status quo quando o empenho é para o aprofundamento do respeito à diversidade e aos princípios democráticos. Se, por um lado, o ambiente escolar pode ser instrumentalizado para o desenvolvimento de pedagogias da sexualidade (LOURO, 1999) que normalizam determinados comportamentos e contribuem para a perpetuação de normas de gênero (BENTO, 2011), também pode ser local privilegiado do estranhamento para com normas instituídas e do aprendizado das diferenças (MISKOLCI, 2013).” (MARANHÃO; COELHO; DIAS 2018, p . 85).

Para instigar respeito, igualdade e segurança, os educadores precisam participar ativamente, utilizar ferramentas apropriadas, criar ambientes emancipadores e contar com respaldo político. Essas ações incluem a implementação de currículos abrangentes, formação contínua para educadores, acesso a recursos facilitados e avaliações regulares para garantir eficácia. Essa abordagem tem o potencial de desafiar normas inflexíveis de gênero e sexualidade desde a infância, provocando uma mudança cultural significativa na sociedade, conforme destaca Louro:

O grande desafio não é apenas assumir que as posições de gênero e sexuais se multiplicaram e, então, que é impossível lidar com elas apoiadas em esquemas binários; mas também admitir que as fronteiras vêm sendo constantemente atravessadas e – o que é ainda mais complicado – que o lugar social no qual alguns sujeitos vivem é exatamente a fronteira. (LOURO, 2001 p. 02).

A opressão leva os indivíduos a conformarem-se com normas preestabelecidas, enfrentando discriminação se não o fizerem, perpetuando a

homofobia, machismo, misoginia e racismo. Ainda, segundo Louro (2001), a educação enfrenta desafios complexos, exigindo abordagens não tradicionais diante da incerteza. O desafio para professores/as é lidar com essa complexidade, questionar normas e adotar práticas inclusivas e sensíveis. Nessa mesma perspectiva Salgado (2018) destaca que as escolas são influentes na expressão da sexualidade entre crianças, sujeitas a regulação e disciplina que ampliam os efeitos do poder. A cultura de dominação transcende instituições, incluindo a escola. A diferenciação de gênero e sexualidade na escola contribui para desigualdades e violência de gênero, destacando, dessa forma, o papel da instituição e da prática docente no desenvolvimento da criança. Além de promover conhecimentos, a escola desempenha papel vital na socialização e formação cidadã. A colaboração é essencial para capacitar estudantes a coexistirem responsabilmente, ressaltando a importância da didática do professor.

A prática docente deve recontextualizar experiências individuais, evitando a reprodução de discursos machistas e homofóbicos. Como espaço político, a escola tem a responsabilidade de exercer a liberdade na educação, demandando programas de formação de professores comprometidos com a preservação da liberdade de expressão e respeito por todas as pessoas. Na sociedade atual, embora os jovens discutam abertamente gênero e sexualidade, alguns profissionais escolares evitam esses temas na escola. A adaptação da escola às mudanças sociais, por meio de políticas inclusivas, é fundamental. Evitar abordagens disciplinares permite à escola desempenhar um papel construtivo na redução de problemas sociais. No entanto, a disseminação de discriminação de gênero e sexualidade é comum, exigindo estratégias como políticas anti-*bullying* para criar ambientes seguros. A promoção de relações de qualidade entre professores e alunos é eficaz contra a intimidação escolar, incentivando a comunicação aberta e a empatia. A priorização da relação professor-aluno cria um ambiente seguro, abordando casos existentes e prevenindo futuros atos, promovendo respeito e cuidado na comunidade escolar. Outra alternativa de prevenção, como sugerido por Gomes (2011, apud MENEGOTTO; PASINI; LEVANDOWSKI, 2013), incorporar o tema do *bullying* no currículo escolar é uma prática educativa que visa abordar sistematicamente esse problema, proporcionando aos alunos informações, habilidades e sensibilização para entender, prevenir e enfrentar o assédio moral de maneira positiva. Essa abordagem, sensível à idade dos alunos, contribui para um ambiente escolar seguro e promove o compromisso com o

bem-estar dos estudantes, destacando a importância das questões sociais e emocionais na prática docente. Criar um ambiente escolar que promova respeito, empatia e conscientização é crucial na prevenção do *bullying*, buscando não apenas punir, mas também prevenir e solucionar de maneira compreensiva. Ainda o autor (2011) vai caracterizar a violência como uma interação complexa de fatores, desencorajando análises reducionistas. Assim, atribuir exclusivamente aos agressores a responsabilidade pelos atos violentos pode não ser apropriado, considerando que também são moldados pelo contexto e, portanto, podem ser vistos como vítimas. A prática docente desempenha papel central na criação de um ambiente seguro e inclusivo, fomentando relações baseadas em diálogo e suporte social. Dada a gravidade do *bullying* como problema de saúde pública, capacitar educadores é vital para abordar eficazmente essas situações.

As leis constitucionais relacionadas à educação para crianças e adolescentes visam garantir um desenvolvimento pleno, promovendo educação de qualidade e inclusiva. A Constituição de 1988 estabelece o objetivo de promover o bem-estar para todos, sem preconceitos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 fundamenta a educação nos valores de liberdade e solidariedade, visando o desenvolvimento integral e a preparação para a cidadania. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/90, destaca o dever de prevenir ameaças aos direitos desses jovens e a importância da formação constante dos profissionais da educação para enfrentar todas as formas de violência. Essas leis refletem o compromisso com uma educação baseada em valores cidadãos, promovendo convivência harmoniosa numa sociedade diversificada. O ECA (1990) destaca a necessidade de incluir conteúdos sobre prevenção, identificação e resposta à violência doméstica nos currículos escolares, promovendo responsabilidade coletiva na proteção dos direitos das crianças e adolescentes. O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2007) reforça a importância da diversidade, focando na inclusão de grupos marginalizados para uma cidadania completa e construção de conhecimento, valores e comportamentos. Alinhado ao Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (2012), busca instaurar uma cultura global de direitos humanos, promovendo respeito à diversidade e garantindo o acesso de todos à participação efetiva em uma sociedade livre, enfatizando o desenvolvimento humano completo por meio da educação.

Na perspectiva da didática, abordar a violência de gênero e sexualidade requer uma atuação consciente e inclusiva. Os educadores desempenham um papel fundamental ao integrar o estudo dessas questões na formação acadêmica, promovendo uma compreensão mais ampla entre os alunos. A ação do/a professor/a na sala de aula é crucial para reduzir discursos discriminatórios, criando um ambiente educacional que respeite os direitos humanos. Ao desafiar a estrutura patriarcal, os professores contribuem para a construção de uma sociedade mais equitativa e inclusiva, transmitindo valores de igualdade e respeito, nesse sentido, Louro oferece uma explicação esclarecedora sobre essa dinâmica:

A voz que ali se fizera ouvir, até então, havia sido a do homem branco heterossexual. Ao longo da história, essa voz falara de um modo quase incontestável. Construíra representações sociais que tiveram importantes efeitos de verdade sobre todos os demais. Passamos, assim, a tomar como verdade que as mulheres se constituíam no segundo sexo ou que gays, lésbicas, bissexuais eram sujeitos de sexualidades desviantes. (LOURO, 2008, p. 20).

A abordagem de gênero e sexualidade na educação é essencial para desafiar hierarquias históricas e promover mudanças significativas contra desigualdades e preconceitos. Apesar do respaldo legal para discutir esses temas nas escolas, como dito acima, as diferenças sexuais são tratadas de maneira desigual, resultando na invisibilidade e falta de reconhecimento dos impactos prejudiciais da homofobia, da lesbofobia, da transfobia. A falta de apoio na escola contribui para que jovens que sintam atração pelo mesmo gênero se sintam constrangidos e ocultem sua identidade, prejudicando sua saúde mental. Como expressa Lionço; Diniz (2014, p.11) "Esse segredo em relação à própria vivência da sexualidade tem consequências para a saúde: não se pode saber ou ter informações sobre aquilo que não pode ser dito." As autoras explicam que a incorporação da "diversidade sexual" nos livros didáticos é importante para a educação dos alunos, questionando preconceitos e promovendo a ética democrática. A diversidade social, incluindo a sexual, deve ser abordada na prática educativa devido à sua presença na realidade.

A moralidade heteronormativa, predominante, gera prejuízos sociais e violações de direitos, destacando a necessidade de promover o debate em torno da pluralidade presente na sala de aula, de maneira gradual. O desafio de incluir essa temática nos materiais didáticos é evidenciado pelo programa "Brasil sem

homofobia"¹¹, que enfrentou resistência do congresso nacional. Os livros usados em salas de aula, mesmo sem linguagem homofóbica, naturalizam a heterossexualidade. Isso pode perpetuar a discriminação ao não reconhecer diversas práticas sexuais e expressões de masculinidade e feminilidade. Embora a exclusão de conteúdo depreciativo seja positiva, a verdadeira superação de estereótipos requer a afirmação da diversidade sexual como parte intrínseca da realidade social. Para as autoras o livro didático

[...] pode contribuir para o cumprimento dos princípios éticos democráticos no ambiente escolar e social por meio do enfrentamento das formas de opressão, dominação e exclusão, bem como do questionamento de valores morais hegemônicos que determinam que vidas podem ser vividas e que vidas não importam, em um trabalho na educação para a “criação de lugares que resistem, minam e removem as formas de opressão institucionalizadas”. (LIONÇO; DINIZ, 2009, p.130).

A prática educacional desempenha um papel fundamental na instauração de princípios éticos democráticos, desafiando a opressão e contribuindo para ambientes educacionais mais inclusivos. Destaca-se a importância do/a docente na formação de um ambiente equitativo, sendo a escola um espaço estratégico para a formação cidadã e transformação social. No que tange a importância de tratar sobre esses temas emergentes Lionço; Diniz descrevem que é amplamente influenciado por políticas públicas educacionais

A criação de condições para lidar de maneira adequada com os temas relativos à diversidade sexual e aos direitos sexuais nas escolas depende, em grande medida, de políticas públicas de educação e de mobilizações sociais que objetivem desestabilizar a produção de hierarquias, opressões e clivagens concernentes tanto aos padrões heteronormativos, que historicamente modularam e modulam as relações de gênero, quanto às dinâmicas de (re)produção de diferenças e desigualdades. (LIONÇO; DINIZ, 2009, p. 163).

Iniciativas desafiam estruturas de poder e padrões heteronormativos na educação, abordando desigualdades de gênero. Essa abordagem, baseada em diálogo e valores democráticos, busca legitimar diversas formas de expressão e

¹¹ Segundo Ministério da Saúde (2004), a campanha "Brasil Sem Homofobia" foi lançada pelo governo brasileiro em parceria com organizações da sociedade civil e ativistas LGBTQIAPN+. O projeto faz parte de uma iniciativa mais ampla para combater a discriminação e promover os direitos humanos da comunidade LGBTQIAPN+ no Brasil. O objetivo é criar um ambiente mais inclusivo e respeitoso para todas as pessoas, independentemente da sua orientação sexual ou identidade de gênero.

práticas sexuais, fortalecendo grupos historicamente marginalizados. Relacionando com as práticas pedagógicas, compreender a interação do discurso de dimensão biológica e das construções culturais de gênero para questionar normas que propiciam desigualdades. O objetivo é compreender como essas duas dimensões se entrelaçam, a fim de questionar e desafiar as normas que podem contribuir para a perpetuação de desigualdades. Em outras palavras, a interação visa explorar como as influências biológicas e culturais moldam as normas de gênero e, assim, impactam as práticas educacionais, proporcionando uma base para a reflexão crítica e a promoção da equidade de gênero no ambiente pedagógico. Reconhecer o gênero como construção social amplia as possibilidades de expressão, promovendo uma sociedade abrangente, através de práticas pedagógicas que valorizem o diálogo, justiça e diversidade. As autoras (2014), ainda vão destacar a necessidade de rejeitar representações simplistas em relação a corpo, gênero e sexualidade. Na educação, promover a diferença requer esforços contínuos, incluindo a democratização do Estado e a autonomia escolar.

A implementação de políticas inclusivas e parcerias com a comunidade LGBTQIAPN+ são essenciais para prevenir preconceitos. A prática pedagógica contribui não apenas para a mediação de conhecimento de disciplinas, mas também para o desenvolvimento da conscientização crítica sobre essas questões, considerando o contexto histórico. Essa educação apresenta-se como um itinerário indispensável na formação de docentes, como o faz menção Freitas; Forster (2016), que discutem o impacto de Freire na formação de educadores, influenciando a criação de práticas educacionais críticas e reflexivas. O estudo destaca a importância da abordagem freireana na educação, buscando capacitar os professores para se tornarem agentes de mudança social. Ao finalizar, recorrendo a Freire (1991 apud FREITAS; FORSTER 2016, p. 7), os autores reafirmam a compreensão de que “mudar é difícil, mas é possível e urgente”. Encarar desafios tão complexos envolve expandir colaborações e criar novas formas de diálogo. Esses desafios estão relacionados à consolidação de práticas de ensino inovadoras seguindo o pensamento Freiriano. O risco é fundamental no aprendizado e a educação não existe sem a participação da subjetividade dos indivíduos.

Educadores/as podem e devem desafiar estereótipos, corrigir informações errôneas e promover empatia. Isso requer habilidades comunicativas sensíveis, respeito ao tratar de situações difíceis e criação de um ambiente seguro para compartilhar experiências. Ações concretas incluem políticas das diferenças, espaços de diálogo seguros e adaptação de materiais didáticos. Valorizar a diversidade não é apenas um objetivo educacional, mas um compromisso social para uma sociedade justa. Capacitar professores nesse processo constrói a sala de aula em um ambiente em que os alunos se sintam seguros, respeitados, celebrando diferenças e preparando um futuro igualitário. É importante fomentar uma perspectiva crítica diante da naturalização das diferenças na escola, promovendo a reflexão sobre as implicações éticas e políticas, enquanto criam-se ambientes inclusivos que valorizem todos os/as alunos/nas, dentro da sua condição e contexto.

O Livro de Conteúdos do Programa, Gênero e diversidade na escola, formação de professoras/es em gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais (2009) destaca a relevância da prática docente ao envolver educadores brasileiros na formação de indivíduos críticos e adaptáveis a uma sociedade diversificada. A ênfase recai na promoção da reflexão sobre cidadania, destacando a importância de respeitar e cultivar diferenças para evitar exclusão social e política, Reconhecendo que sociedades em constante transformação geram variações contínuas, renovando-se com novas ideias, estilos, identidades, valores e práticas.

Na sala de aula e na formação docente, a abordagem de gênero e sexualidade muitas vezes se restringe erroneamente a questões morais, negligenciando dimensões culturais, sociais e políticas. A docência enfrenta desafios ao incorporar abordagens inclusivas, contribuindo para a persistência de práticas discriminatórias. Louro (2000) destaca que as abordagens pedagógicas nesse contexto buscam questionar o que é considerado "não natural" sob uma perspectiva heteronormativa, mas nem sempre resultam em emancipação ou compreensão abrangente da cidadania. Abordagens pedagógicas tendem a privilegiar certas identidades, reprimindo outras. Na escola, a falta de ação diante de discriminação implica aprovação. Isso destaca a importância de uma postura ativa e crítica, exigindo envolvimento político. Assim, é fundamental adotar uma perspectiva crítica e política diante dessas dinâmicas. Para Lionço e Diniz (2009, p. 9), no que se refere a educação, "[...] é uma ferramenta política emancipatória, que deve superar processos discriminatórios socialmente instaurados, a fim de transformar a realidade pela

reafirmação da ética democrática.” É uma abordagem política transformadora que reconhece e enfrenta discriminações enraizadas na sociedade. Busca reestruturar a realidade, promovendo valores éticos democráticos e atuando como agente de mudança. Seu objetivo é remover barreiras discriminatórias para construir uma sociedade mais inclusiva e igualitária, fundamentada em princípios democráticos e respeito à diversidade.

As diferenças de gênero afetam a dinâmica social da sala de aula, conforme observa o Livro de Conteúdos do Programa (2009). Algumas escolas optam por intercalar meninos e meninas nos assentos em busca de disciplina, enquanto outras preferem segregá-los com base no gênero. Essas práticas refletem características tradicionalmente atribuídas ao feminino e masculino, moldando a concepção de disciplina na escola, conforme abordado no Livro:

[..] a escola muitas vezes é uma instituição normalizadora da era moderna. Os/as educadores/as não se dão conta de quão silenciosa, sutil e reiteradamente as masculinidades e as feminilidades são construídas e lapidadas cotidianamente: com gestos, falas, orientações, olhares, jogos, brincadeiras, ocupações de espaços, comportamentos e avaliações. Assim também no que diz respeito aos livros didáticos, às normas, à própria organização da escola, aos conteúdos, ao currículo. A escola apresenta e institui sujeitos, indivíduos, a partir de um “modelo”. Este modelo é masculino, branco e heterossexual, e todas as pessoas que não se encaixam nele são o Outro, que é reiteradamente tratado como inferior, estranho, diferente. (LIVRO DE CONTEÚDOS DO PROGRAMA, 2009, p. 106).

A escola desempenha um papel central na normalização de padrões de gênero, influenciando sutilmente identidades no ambiente escolar. Essa influência abrange gestos, falas, orientações, jogos, brincadeiras, ocupação de espaços, comportamentos e avaliações, refletindo-se também em livros didáticos, normas, organização escolar, conteúdos e currículo. O trecho descado acima, aborda o risco de marginalização para quem não se enquadra no predominante "modelo" masculino, branco e heterossexual, ressaltando a importância da didática do professor em adotar uma abordagem consciente e inclusiva para evitar a perpetuação de padrões discriminatórios.

Outro elemento relevante a considerar, são os contos de fadas que têm sido veículos abrangentes de informações sociais, abordando poder, afeto, estruturas familiares e princípios morais. No contexto de gênero, esses contos frequentemente reforçam a dominação masculina, impondo papéis socialmente aceitos às mulheres. Bastos e Nogueira (2016) discutem historicamente a abordagem pedagógica dos

estereótipos de gênero presentes nos contos de fadas, apontando a complexidade do seu uso no ensino-aprendizagem. A integração dessas histórias na sala de aula busca questionar e promover a reflexão sobre os papéis sociais, especialmente a submissão das mulheres. Para uma formação humanista que valorize a diversidade, é crucial envolver os alunos na análise crítica desses papéis, proporcionando aos professores uma oportunidade de desconstruir elementos que fortalecem a diminuição do papel feminino. Os contos e fábulas têm uma importância destacada como recursos significativos de apoio para os professores de educação infantil, Bastos e Nogueira (2016) apontam que histórias infantis não binárias, como exemplificado em "Menino não brinca de boneca?" de Marcos Ribeiro, desafiam normas tradicionais de gênero. Essas narrativas exploram machismo, estereótipos e tarefas domésticas, revelando como a sociedade construiu conceitos favorecendo homens. O livro propõe dinâmicas interdisciplinares, ampliando a educação além da alfabetização, instigando reflexões sobre valores e padrões de gênero. Ao introduzir tais discussões na sala de aula, avança-se para uma transformação social, reconhecendo a complexidade das identidades, promovendo uma visão abrangente dos papéis de homens e mulheres na sociedade.

Nesse sentido, destacamos outras narrativas que podem apoiar os educadores na abordagem crítica das temáticas de gênero e sexualidade em sua abordagem curricular, Bastos e Nogueira (2016) citam as obras "Cabelinhos nuns lugares engraçados", "O príncipe Cinderelo" e "A princesa sabichona" de Babette Colle; "Ceci tem pipi?" e "Ceci quer um bebê" de Thierry Lenain; "Chapeuzinho Vermelho: uma aventura borbulhante" de Lynn Roberts; "Zezinho: a história de um pequeno espermatozóide" de Nicolas Allan e "Meus dois pais" de Walcyr Carrasco, entre outras. (2016, p. 26). Os autores indicam essas leituras relacionadas a uma diversidade de perspectivas e abordagens que desafiam estereótipos tradicionais. Essas obras exploram temas como identidade de gênero, diversidade familiar, desconstrução de papéis sociais e aceitação da individualidade, proporcionando uma visão mais ampla e inclusiva sobre questões de gênero e sexualidade. A variedade de histórias permite que os leitores, especialmente crianças em idade escolar, ampliem seu entendimento e questionem normas preestabelecidas, promovendo uma educação mais reflexiva e consciente sobre esses temas.

Dado que os contos de fadas são amplamente usados como ferramentas pedagógicas, inclusive no ensino infantil, é crucial explorar abordagens críticas que

busquem questionar e debater os valores e estereótipos presentes neles. Destacar a importância do acesso à literatura infantil com enredos não binários e não sexistas é relevante, especialmente diante de estudos que evidenciam a presença frequente de textos misóginos na literatura infantil tradicional. Representando a importância do livro infantil, que pode ser forte aliado nas abordagens pedagógicas do docente, durante meu estágio obrigatório, vivenciei uma abordagem valiosa na discussão da sexualidade com crianças em todas as fases. Adaptada conforme a faixa etária, essa abordagem abrange desde a promoção da autoestima até a prevenção de abusos, respeito e consentimento. Um planejamento relacionado à leitura do livro "Fifi e Pipo para Bebês" de Caroline Arcari e Ilustrações de Isabela Santos (2022), aborda conceitos importantes adaptados para crianças de 0 a 3 anos. Explorando partes íntimas, anatomia e identificação de pessoas de confiança, o objetivo é criar diálogos adaptados à idade para compreender o consentimento, diferenciar carinho e abuso, expressar vivências e relacionar situações cotidianas com esses conceitos. Essa abordagem didática busca informar e promover uma compreensão saudável da sexualidade desde os primeiros anos, contribuindo para um desenvolvimento seguro das crianças. O estudo sobre o planejamento revela etapas cuidadosamente pensadas para interpretar a leitura junto às crianças, introduzindo termos adequados para diferentes idades. Dentre as definições adaptadas, destaco:

- *Consentimento*: comparado ao ato de compartilhar brinquedos, ressaltando a necessidade de concordância mútua.
- *Corpo*: analogizado a uma casa, destacando a importância de compreender suas funções e cuidar dele.
- *Privacidade*: definida como tempo e espaço exclusivo, enfatizando o respeito por momentos como no banheiro ou ao trocar de roupa.
- *Respeito*: enfatizado no contexto de brincadeiras como a atenção pelas escolhas e sentimentos dos outros.
- *Limites*: descritos como linhas individuais para segurança, com ênfase nas decisões de não fazer algo.
- *Segurança*: vinculada ao sentimento de proteção, transmitindo sentimentos e pedindo ajuda quando necessário.

- *Identidade de Gênero*: explicada como a forma como alguém se vê em relação a ser menino, menina ou algo diferente, com ênfase na necessidade de respeitar a identidade única de cada pessoa.

Este estudo destaca a importância do planejamento educacional ao introduzir conceitos fundamentais sobre sexualidade na infância, como consentimento, corpo, privacidade, respeito, limites, segurança e identidade de gênero. Busca-se criar uma compreensão saudável desde cedo, promovendo perspectivas de ambiente educacional propício a diálogos abertos, sem estigmas. O professor, ao desenvolver tais atividades, estimula o aprendizado dos alunos, incentivando a reflexão sobre sexualidade, valores e papéis de gênero, preparando as crianças para abordar questões ao longo de suas vidas. Nesse sentido, Louro afirma que:

Essa presença da sexualidade independe da intenção manifesta ou dos discursos explícitos, da existência ou não de uma disciplina de "educação sexual", da inclusão ou não desses assuntos nos regimentos escolares. A sexualidade está na escola porque ela faz parte dos sujeitos, ela não é algo que possa ser desligado ou algo do qual alguém possa se "despir". (LOURO, 1997, p. 81)

Neste trecho, evidencia-se a noção de que a presença da sexualidade na escola é inerente aos sujeitos. As práticas pedagógicas desempenham um papel crucial na formação integral dos alunos. Ao incluir a educação sexual nessas práticas, reconhece-se que a sexualidade é inerente aos sujeitos, independentemente de intenções manifestas ou da existência de disciplinas específicas nos regimentos escolares. Essa abordagem holística contribui para o desenvolvimento integral dos alunos, promovendo saúde sexual, habilidades sociais e diálogo aberto. A inclusão da educação sexual também conscientiza sobre diversidade sexual, capacitando os alunos a tomar decisões informadas e respeitadas, preparando-os para as complexidades da vida contemporânea.

Uma perspectiva pedagógica decolonial, que se baseia nesse contexto, refere-se a um enfoque teórico e prático que busca desafiar e superar as estruturas e influências do colonialismo, buscando questionar as formas tradicionais de conhecimento, poder e representações sociais. Essa abordagem procura desconstruir as hierarquias culturais, políticas e econômicas que foram estabelecidas ao passar dos anos, questionando as narrativas dominantes e buscando dar voz às perspectivas

e experiências historicamente marginalizadas. O pensamento decolonial envolve uma crítica profunda aos legados do colonialismo e busca promover uma transformação em direção a estruturas equitativas, justas e respeitosas da diversidade cultural.

Nesse sentido, Silva (2021) em “O potencial de práticas decoloniais na formação docente” vai abordar o potencial das práticas decoloniais na formação docente, partindo de sua autorreflexão como educadora negra em uma sociedade racista. Ela busca além de ampliar o impacto da legislação educacional antirracista no Brasil, apresentar também uma proposta metodológica comprometida com a formação antirracista destacando a importância da educação decolonial. O texto também discute elementos para analisar a formação docente, seus impactos e possibilidades de mudança, ressaltando a necessidade contínua de lutas pela descolonização, guiadas pelo conceito de descolonização. Conforme a autora Walsh

No pretendemos simplemente desarmar, deshacer o revertir lo colonial; es decir, pasar de un momento colonial a un no colonial > O quilombismo na literatura africana e afro-brasileira: uma perspectiva identitária na educação escolar > O potencial de práticas decoloniais na formação docente > nial, como que fuera posible que sus patrones y huellas desistan de existir. La intención, más bien, es señalar y provocar un posicionamiento – una postura y actitud continua – de transgredir, intervenir, in-surgir e incidir. Lo decolonial denota, entonces, un camino de lucha continuo en el cual podemos identificar, visibilizar y alentar “lugares” de exterioridad y construcciones alternativas. (WALSH, 2009, p. 15-16 apud SILVA 2021, p. 08-09).

Neste sentido, a perspectiva decolonial na educação não se limita à desconstrução do legado colonial, mas busca ir além, construindo projetos alternativos. Em face da decadência do potencial humanizador do projeto de modernidade, destaca-se a necessidade de uma mudança de atitude e insurgência a favor de novas formas de pensar e agir. Essas formas devem garantir novas maneiras de viver em busca do bem comum. A abordagem pedagógica do docente, nesse contexto, é importante para Silva (2021, p. 10), “Uma proposta para romper com essa lógica seria tecer novas epistemologias, novas pedagogias e metodologias capazes de afetar essas estruturas calcificadas.” A perspectiva decolonial na educação propõe a transformação das práticas educacionais, desafiando essas visões coloniais. Isso implica promover currículos plurais que valorizem diversas perspectivas culturais, desconstruem hierarquias no ensino, incentivam o diálogo intercultural, valorizam a expressão cultural e desenvolvem uma consciência histórica crítica. O objetivo não é apenas reformar, mas transformar o sistema educacional em um ambiente equitativo

e respeitoso, reconhecendo a diversidade de conhecimentos e experiências presentes na sociedade. A abordagem educacional proposta pela autora (2021), se fundamenta em cinco princípios essenciais. Primeiramente, destaca-se a visão da educação como meio para ampliar o potencial humano e formar indivíduos capazes de conviver harmoniosamente. Seguido pela construção de uma "comunidade aberta de aprendizado", enfatizando a consciência de si e do "Outro". O terceiro princípio ressalta a importância de um interesse autêntico pelas pessoas, promovendo empatia. O quarto destaca a interação com a história como instrumento pedagógico valioso. Por fim, o quinto princípio enfoca o uso da criatividade para aproximar conceitos teóricos, facilitando a transição do conhecimento à formação. Esses princípios formam a base de uma abordagem educacional abrangente, visando ao desenvolvimento integral dos participantes no processo educativo. Os princípios propostos por Silva na educação são fundamentais. Ao conceber a educação como uma ferramenta para expandir o potencial humano e formar indivíduos capazes de conviver harmoniosamente, busca-se não apenas transmitir conhecimento, mas desenvolver competências diversas. Esses princípios contribuem para uma formação integral, estimulando habilidades socioemocionais, respeito à diversidade e a construção de uma sociedade justa.

4. POR UMA EDUCAÇÃO INTEGRADORA E IGUALITÁRIA

Consideramos que o debate sobre gêneros e sexualidades na infância é essencial para cultivar valores acessíveis a todos, dentre eles a diversidade, equidade, respeito, tolerância, empoderamento, empatia, entre outros, sendo a prática docente crucial nesse processo. Abordar esses temas não busca impor orientações específicas, mas criar um ambiente de respeito e compreensão. A didática do/a educador/a desempenha um papel fundamental, adaptando a abordagem conforme a idade das crianças, desfazendo estereótipos e promovendo respeito por todas as identidades. É imperativo que professores/as, ao incorporarem esses temas, considerem a diversidade cultural e familiar, facilitando diálogos construtivos desde as etapas iniciais da educação básica.

Em um contexto político-ideológico de retrocessos nos Direitos Humanos, a didática docente emerge como uma ferramenta crucial para debates que combatam desigualdades, destacando a importância da diversidade e igualdade nas práticas educacionais. Na educação infantil, é comum perceber que os corpos das crianças são frequentemente considerados suscetíveis a serem modelados ou adaptados, como mencionado por Silva; Faria; Finco (2019). Esse fenômeno pode ser indicativo de uma abordagem na qual os educadores buscam prevenir “problemas” ao modificar o comportamento das crianças ou orientar suas ações de acordo com normas sexistas e patriarcais estabelecidas. Para as autoras (2019, p. 28) “As instituições de Educação Infantil buscam prevenir e corrigir o que escapa da norma, o que se afasta dessa criança ideal-típica.” Essa perspectiva, pode resultar em limitações à sua autonomia e liberdade de expressão das crianças, delimitando potencialidades. As crianças passam por processos intensos de feminização e masculinização nas interações com adultos e seus pares durante a vida. Meninas e meninos são orientados a seguir padrões comportamentais distintos, meninas contidas e meninos impulsionados a serem arteiros. Isso percebe-se muito no processo de escolarização, desde a primeira etapa da educação básica, como expressa Silva; Faria; Finco:

A partir do momento em que são atravessados e transgredidos os lugares fixados e delimitados, onde meninas e meninos devem se situar, a criança torna-se o foco da vigilância, suas brincadeiras e brinquedos passam pelo exame atento e detido da ronda dos adultos, e seu corpo, o objeto de correção. (SILVA; FARIA; FINCO, 2019, p.28)

No processo de construção da sua identidade como ser único e compreensível, a criança muitas vezes enfrenta a necessidade de se ajustar às normas que regem a sua cultura e asseguram o seu reconhecimento na sociedade. Isso implica em uma pressão para se conformar a padrões estabelecidos, a fim de alcançar aceitação social e validação. Durante interações com um grupo de crianças no estudo das autoras, as falas das crianças refletem as influências de seu ambiente social. As vozes das crianças ecoam práticas cotidianas na Educação Infantil, que segregam atividades com base no gênero. Meninas são desencorajadas de participar em atividades que requerem força ou habilidade, sendo consideradas delicadas e frágeis, enquanto os meninos são caracterizados como agressivos. Essa naturalização da agressividade sem questionamento contribui para a percepção de que meninos/homens têm permissão para agredir meninas/mulheres e tudo aquilo que se aproxima do feminino. Diante disso, é fundamental abordar essas questões para combater a violência de gênero estrutural na sociedade por meio das abordagens pedagógicas em sala de aula, tornando essas discussões indispensáveis no ambiente da Educação Infantil e nas escolas conforme indicado pelas autoras (2019).

O papel da didática na Educação Infantil consiste em proporcionar um ambiente que incentive a aprendizagem, a reflexão e a formação de visões individuais nas crianças pensadas a longo prazo, não estamos falando de mudanças do dia para noite, mas que como exposto na pesquisa, que simples diálogos e afirmações ao invés de negações se tornem base para influências a perspectiva de vida de adultos e adultas, sujeitos ativos na sociedade. Eles têm a tarefa de facilitar o desenvolvimento completo, promovendo conhecimento, habilidades e valores, a fim de preparar as crianças para se tornarem cidadãos conscientes e participativos. Ainda conforme as contribuições de Silva, Faria e Finco sobre docentes das infâncias:

É importante que professoras e professores de Educação Infantil conheçam as crianças em sua inteireza e possam construir, com elas e para elas, uma educação que questione as formas estratificadas, hierárquicas e violentas que sustentam a estrutura racista e patriarcal de nossa sociedade, para que mais crianças consigam perceber o “rachismo” e, assim, possam combatê-lo (SILVA; FARIA; FINCO, p. 40, 2019)

O título, ““Isso aí é rachismo!” Feminismo em estado de alerta na educação das crianças pequenas: transformações emancipatórias para pedagogias descolonizadoras” das autoras, por si só revela uma crítica contundente às categorizações de gênero, expressa por uma garota ao se referir às divisões entre

meninos e meninas no ambiente da Educação Infantil como "rachismo", uma forma de dividir o mundo em compartimentos distintos e dicotômicos como sugerem as próprias autoras. No livro, a palavra "rachismo" emerge do diálogo entre um grupo de crianças que relataram à pesquisadora sobre os brinquedos que gostavam de brincar na brinquedoteca. O termo revela a sensibilidade de uma criança que o utiliza para expressar as desigualdades e denuncia como elas as percebem e Silva; Faria; Finco (2019, p. 37) enfatiza no trecho exposto do diálogo dos pequenos em que a criança compreende que "Todo mundo pode brincar com brinquedo de menino, e menino com brinquedo de menina." Esse recorte, nos revela a necessidade de promover transformações emancipatórias nas pedagogias descolonizadoras, reconhecendo a importância do feminismo na educação das crianças pequenas. Isso visa combater estereótipos de gênero e promover a igualdade desde cedo, mas também levanta debates sobre como abordar essas questões de forma sensível à diversidade cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos que os papéis de gênero, moldados desde o nascimento, perpetuam normas rígidas de gênero e sexualidade, contribuindo para uma cultura sexista e homofóbica. Docentes desempenham um importante papel ao ponderarem sobre suas práticas e a partir dessa reflexão e da formação continuada, promoverem ambientes educacionais que desafiam estereótipos. No Brasil, a educação emerge como uma das ferramentas importantes de prevenção a violência contra mulheres e LGBTQIAPN+. Educadores/as que assumem uma abordagem proativa, ao lidarem com temáticas sensíveis como bullying, gênero e sexualidade, desempenham um papel significativo em oportunizar a reflexão dessas perspectivas na sociedade, visando, assim, promover o respeito à pluralidade existente nela.

A necessidade de uma educação transformadora é evidente no combate à violência e discriminação. Isso requer currículos abrangentes e formação continuada. O planejamento educacional desde a infância, com conceitos relacionados às temáticas de gênero e sexualidade, torna a educação uma das chaves para desconstruir normas de ser/existir. Este estudo explicitou que a promoção de uma educação abrangente é essencial para combater a violência de gênero e sexual no Brasil, utilizando a abordagem revolucionária de Freire, onde práticas pedagógicas desempenham um papel crucial na criação de ambientes seguros para desafiar normas rígidas de gênero e sexualidade. Superar opressões e preconceitos a partir da prática docente e abordagem pedagógica tendo como foco central na formação da criança. Ações de políticas públicas e práticas docentes são essenciais para estabelecer ambientes escolares empáticos e seguros.

Destaca-se a inclusão das temáticas de diversidade sexual na educação, identidade de gênero, os papéis de gêneros na sociedade, diversidade familiar, responsabilidade e direitos etc, com ênfase na prática educacional e no papel ativo dos professores na promoção de ambientes acolhedores. A abordagem freireana é relevante para capacitar professores/as como agentes de mudança social. Neste contexto, a educação deve considerar a subjetividade dos indivíduos, reconhecendo o papel dos/as educadores/as na promoção da empatia. Ações concretas, como políticas das diferenças e espaços de diálogo seguros, instrumentalizam esses/as profissionais na criação de ambientes plurais. A perspectiva crítica em relação à

naturalização das diferenças na escola é essencial, fomentando reflexões éticas e políticas para criar ambientes valorizadores de todos/as/es os alunos/as.

O estudo reflete sobre a importância do planejamento educacional na introdução de noções conceituais significativas sobre gênero e sexualidade desde a infância, com a perspectiva de promover o desenvolvimento integral dos alunos. Essa abordagem integradora, centrada em práticas pedagógicas, busca habilidades sociais e diálogo aberto, capacitando os/as discentes a tomarem decisões informadas diante das complexidades da vida contemporânea.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Neuma. **Patriarcado, sociedade e patrimonialismo**. Sociedade e Estado, v. 02, p. 303–330, 2022. Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, Brasil.

AGOSTINI, Nilo. **Conscientização e Educação**: ação e reflexão que transformam o mundo. Revista Pro Posições, Itatiba, SP, v. 29, n. 3, p. 187-206, set./dez. 2018. Universidade São Francisco. e-ISSN 1980-6248.

ANDRADE, Marcelo; LIMA, Augusto. **A diferença que desafia a escola**: a prática pedagógica e a perspectiva intercultural. Rio de Janeiro: Quartet : FAPERJ, 2009.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o **Estatuto da Criança e do Adolescente** e dá outras providências. Texto compilado. Brasília, DF, 2023. Disponível em: [\<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm\>](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 30 de out. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: [\<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.\>](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso em: 30 de out. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as **diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Disponível em: [\<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm\>](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 30 de out. 2023.

BASTOS, Rodolpho Alexandre Santos Melo; NOGUEIRA, Joanna Ribeiro. **Estereótipos de gênero em contos de fada**: uma abordagem histórico-pedagógica. Dimensões, Montes Claros, v. 36, p. 12-30, jan.-jun. 2016. Universidade Estadual de Montes Claros, UFES – Programa de Pós-Graduação em História.

BRASIL. Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015. Institui o **Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying)**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 nov. 2015. Seção 1, p. 1. Disponível em: [\<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm\>](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm). Acesso em: 30 de out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos / Presidência da República, Brasília: Ministério da Justiça; UNESCO, 2007.

BOCCATO, Vera Regina Casari. **Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação**. Revista de Odontologia da Universidade Cidade de São Paulo, 2006, set-dez; 18(3): 265-74.

DOSSIÊ Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021. Benevides, Bruna G. **Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) - BRASIL** – 2022. Disponível em: [\<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf.\>](https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf) Acesso em: 30 de out. 2023.

CENTRO LATINO AMERICANO EM SEXUALIDADE E DIREITOS HUMANOS – IMS/UERJ. **Gênero e diversidade na escola, formação de professoras/es em gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais.** Conteúdo versão (2009). Edição: Maria Mostafa. Copyright © 2009. Promoção: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM/PR), Secretaria Especial de Políticas de Igualdade Racial (SEPPIR/PR), Ministério da Educação (MEC).

CARRARA, Sérgio. **Educação, diferença, diversidade e desigualdade.** GDE – Gênero e Diversidade na Escola: Formação de professores/as em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de Conteúdo. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia:** Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

CHAVES, L. G. **Mendes. Minorias e seus estudos no Brasil.** Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, Brasil, v. 2, n. 1, p. 149-168, 1971.

DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia. **Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico.** Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v. 2, n. 4, p. 01-13, Sem II. 2008. ISSN 1980-7031.

FREITAS, Ana Lúcia Souza de; FORSTER, Mari Margarete dos Santos. **Paulo Freire na formação de educadores:** contribuições para o desenvolvimento de práticas crítico-reflexivas. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 61, p. 55-69, jul./set. 2016.
FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: Teoria e prática da libertação.** São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 46. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

G1. Brasil teve pelo menos 30 ataques violentos a escolas desde 2002, mostra estudo. **Página da Educação,** 19 jun. 2023, 10h59. Disponível em: <https://g1.globo.com/google/amp/educacao/noticia/2023/06/19/brasil-teve-pelo-menos-30-ataques-violentos-a-escolas-desde-2002-mostra-estudo.ghtml>. Acesso em: 30 de out. 2023.

GLOBOPLAY; PROGRAMA ALTAS HORAS. Entrevista: Pablio Vittar elogia a mãe e fala do bullying que sofreu na adolescência. Programa exibido em 01/09/2018. **Artista se emociona ao contar sua história.** Gênero: Programa de Auditório, Música, Variedades, Diálogos.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LOURO, G. L. **Educação e docência**: diversidade, gênero e sexualidade. Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores, [S. l.], v. 3, n. 4, p. 62–70, 2018.

LAPA RIZZA, J.; COSTA RIBEIRO, PR; ALONSO MOTA, MR; **A sexualidade nos cursos de licenciatura e a interface com políticas de formação de professores/as**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 44, e176870, 2018.

LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Debora (Orgs.). **Homofobia & Educação**: Um desafio ao silêncio. Brasília, DF: Editora LetrasLivres, um projeto cultural da Anis – Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero e sexualidade**: pedagogias contemporâneas. Pro-Posições, Campinas, v. 19, n. 2 (56), p. 17-23, maio/ago. 2008.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. Educação em Revista, Belo Horizonte, n. 46, p. 201-218, dez. 2007.

LOURO, Guacira Lopes. **Teoria queer - uma política pós-identitária para a educação**. Revista Estudos Feministas, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. **O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade**. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2000.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

MAIO, E. R., Oliveira, M. de, & Peixoto, R. (2020). **Discussão sobre gênero nas escolas**: ações e resistências. Retratos Da Escola, 14(28), 57–74.

MARANHÃO, Eduardo Meinberg de Albuquerque; COELHO, Fernanda Marina Feitosa; DIAS, Tainah Biela. **"Fake news acima de tudo, fake news acima de todos"**: Bolsonaro e o "kit gay", "ideologia de gênero" e fim da "família tradicional". Revista Eletrônica Correlatio, v. 17, n. 2, São Paulo, dezembro de 2018.

MENEGOTTO, L. M. O.; PASINI, A. I.; LEVANDOWSKI, G. **Bullying escolar no Brasil**: uma revisão de artigos científicos. Rev. Psicol. Teor. Prát., v. 15, n. 2, p. 203-215, maio-ago. 2013. Universidade Presbiteriana Mackenzie; Universidade Feevale, Novo Hamburgo, RS, Brasil.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (BR). SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Caderno de Orientações de Orientação Sexual**. Parâmetros Curriculares Nacionais - 1ª a 4ª, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro102.pdf>>. Acesso em: 30 de out 2023.

Observatório de Mortes e Violências LGBTI+ no Brasil, **Grupo Gay da Bahia**. Dossiê de Mortes e Violências Contra LGBTI+ no Brasil em 2022. 2022. Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/dossie/mortes-lgbt-2022/>>. Acesso em: 30 de out. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights. UNESCO. **Programa Mundial para Educação em Direitos Humanos**: Segunda Fase, Plano de Ação. Brasília, 2012.

OLIVEIRA, L. F.; CANDAU, V. M. F. **Pedagogia Decolonial e Educação Antirracista e Intercultural no Brasil**. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 26, n. 01, p. 15-40, abr. 2010.

Organização das Nações Unidas (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948**. Disponível em: [\<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf/>](https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf/). Acesso em: Acesso em: 30 de out. 2023.

SILVA, Leonardo dos Santos. **Gênero e Sexualidades nas Licenciaturas em Dança da UFBA**: Por e Para uma Pedagogia Queer. Dissertação (Mestrado em Dança) - Universidade Federal da Bahia, Escola de Dança, Programa de Pós-Graduação em Dança, Salvador, 2019.

SILVA, A. A.; FARIA, A. L. G.; FINCO, D. (Orgs.). **Isso Aí é Rachismo! Feminismo em Estado de Alerta na Educação das Crianças Pequenas**: Transformações Emancipatórias para Pedagogias Descolonizadoras. São Carlos – SP: Editores Pedro & João, 2019.

SILVA, Priscila Elisabete da. **O potencial de práticas decoloniais na formação docente**. [S.l.], 2021. Socióloga. Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP). Docente com experiência na educação básica e no ensino superior.

SALGADO, Raquel Gonçalves; MARTINS-GARCIA, Paula Fernanda. **Em nome dos cuidados, da proteção e da educação**: infância, corpo, gênero e sexualidade como discursos entre professoras da Educação Infantil. Revista zero a seis, v. 20, n. 37, p. 112-124, jan-jun 2018. ISSN 1980-4512. Publicado em 2018-05-21. Edição: v. 20, n. 37 (2018).

SOUZA, Christiane Pantoja de; ALMEIDA, Léo César Parente de. **Bullying em Ambiente Escolar**. Enciclopédia Biosfera - Centro Científico Conhecer; Goiânia, v. 12, pág. 179-190, 2011.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**, 1989. Tradução de Christine Rufino Dabat. Maria Betânia Ávila (Org.). 1995. Texto original: Joan Scott – Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF). **"Mês da Mulher: há 12 anos, STF reconheceu uniões estáveis homoafetivas"**. Brasil, DF, 30/03/2023. Disponível em: [\<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=504856&ori=1\>](https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=504856&ori=1). Acesso em: 30 de out 2023.

VELASCO, Clara; GRANDIN, Felipe; PINHONI, Marina; FARIAS, Victor. **Brasil bate recorde de feminicídios em 2022**, com uma mulher morta a cada 6 horas. G1, 08 mar. 2023, 03h30. Disponível em: \<<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2023/03/08/brasil-bate-recorde-de-feminicidios-em-2022-com-uma-mulher-morta-a-cada-6-horas.ghtml>\>. Acesso em: 30 de out. 2023.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil**. 1ª Edição. FLACSO BRASIL, Brasília – DF – 2015. Disponível em: \<https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf\>. Acesso em: 30 de out. 2023.

ZANATTA, Luiz Fabiano et al. A **educação em sexualidade na escola itinerante do MST**: percepções dos(as) educandos(as). Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 42, n. 2, p. 443-458, abr./jun. 2016.



DESPACHO - TRAMITAÇÃO

Homologação de ata de defesa de TCC e estágio de graduação

NUP: 23081.010819/2024-11

Ordem: 3

TRAMITAÇÃO

Origem

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR - DADE

Data de envio

04/02/2024 20:15:31

Destino

SECRETARIA DO CURSO DE PEDAGOGIA LICENCIATURA PLENA NOTURNO - SCGPLPN

Para análise.

04 de fevereiro de 2024

JOACIR MARQUES DA COSTA (Servidor(a) - 1107348 - Ativo)

Coordenador(a) de Curso

05.21.00.00.0.0 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR - DADE